



Série Cidadania Financeira

Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão



Global Findex: o Brasil na comparação internacional





Série Cidadania Financeira

Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão



Global Findex: o Brasil na comparação internacional



Global Findex

O Brasil na comparação internacional

Janeiro/2023

Série Cidadania Financeira

Edição 7 – Janeiro de 2023

PUBLICAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

REALIZAÇÃO

Departamento de Promoção da Cidadania Financeira

REVISÃO

Departamento de Promoção da Cidadania Financeira
Departamento de Comunicação

IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Departamento de Comunicação

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Banco Central do Brasil

Série cidadania financeira : estudos sobre educação, proteção e inclusão / Banco Central do Brasil – Brasília : Banco Central do Brasil, 2022.

42 p.: il.

Nota: n. 7. Global Findex: o Brasil na comparação internacional.

A publicação está disponível em versão *on-line* na página do BC no endereço:

<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>

1. Inclusão financeira. 2. Acesso. 3. Uso. 4. Bem-estar financeiro. 5. Resiliência. I. Banco Central do Brasil.

CDU: 64.031.3

Apresentação Série Cidadania Financeira

Esta publicação busca ampliar o conhecimento sobre Cidadania Financeira – conceito que diz respeito ao exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros – e seus pilares: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor de serviços financeiros e participação do cidadão no diálogo sobre o sistema financeiro. Nas Séries de Cidadania Financeira, são apresentados trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do Banco Central do Brasil, às vezes em coautoria com colaboradores externos.

O trabalho apresentado nesta edição tem o objetivo de avaliar a evolução da inclusão financeira no Brasil e compará-la com outros países e regiões do mundo, a partir da análise dos dados da pesquisa *Global Findex*, do Banco Mundial. São explorados temas de acesso e uso de serviços financeiros pelos brasileiros, inclusive contemplando os impactos da digitalização. Ao final deste trabalho apresenta-se também um aprofundamento sobre os temas bem-estar financeiro, saúde financeira e resiliência.

Resumo

O objetivo desta edição da Série de Cidadania Financeira é analisar os dados da quarta edição do *Global Findex**, o conjunto de dados da mais importante pesquisa internacional sobre inclusão financeira, com enfoque no acompanhamento da evolução do Brasil ao longo do tempo, bem como na comparação da situação do país com outros países e regiões ao redor do mundo. Essa análise permite identificar lacunas e desafios no acesso e no uso de produtos e serviços financeiros e no bem-estar financeiro, auxiliando na formulação de possíveis soluções.

Os dados apresentados nesse Relatório, provenientes do *Global Findex Database 2021*, mostram uma tendência de crescimento no acesso de produtos e serviços financeiros caracterizado por um cenário de crescente digitalização do sistema financeiro. A pesquisa indicou um crescimento de 14 pontos percentuais entre 2017 e 2021 na quantidade de adultos detentores de conta em instituições financeiras no Brasil, com 84% dos respondentes relatando possuir conta em 2021.

As análises realizadas mostraram avanços e desafios para a efetiva inclusão financeira dos brasileiros. Percebeu-se, no geral, uma diminuição na lacuna dos indicadores de inclusão financeira entre os diferentes níveis de renda, algo que não foi percebido na comparação entre homens e mulheres. Foi possível observar ainda, a partir de uma série inédita de dados produzidos pelo Banco Mundial em 2021, um elevado nível de preocupação com as questões financeiras trazidas na pesquisa, principalmente com a de não ter dinheiro suficiente para pagar contas mensais, além do nível ainda baixo de resiliência financeira entre os respondentes brasileiros.

Abstract

The purpose of this edition of the Financial Citizenship Series is to analyze data from the fourth edition of the Global Findex, the most important international survey on financial inclusion, with a focus on monitoring Brazil's evolution over time, as well as comparing the country's situation with other countries and regions around the world. This analysis makes it possible to identify gaps and challenges in accessing and using financial products and services, as well as in financial well-being, helping to formulate possible solutions.

The data presented in this report, from the Global Findex Database 2021, show a growth trend in access to financial services characterized by a scenario of increasing digitalization of the financial system. The research indicated a growth of 14 percentage points between 2017 and 2021 in the number of adults holding accounts at financial institutions in Brazil, reaching 84% of respondents in 2021.

The analyses showed advances and challenges for the effective financial inclusion of Brazilians. In general, there was a decrease in the gap between different income levels in financial inclusion indicators, something that was not noticed in the indicators between men and women. It was also possible to observe, from a new series of data produced by the World Bank in 2021, a high level of financial worrying, mainly related to not having enough money to pay monthly bills, in addition to the still low level of financial resilience among Brazilian respondents.

* O relatório e os dados do *Global Findex* utilizados neste estudo estão disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex>.

BC#

Educação financeira

Sumário

1 Introdução	9
2 Acesso	10
3 Uso	12
4 Bem-Estar Financeiro	27
Boxe – Bem-estar financeiro, saúde financeira e resiliência	34
5 Conclusão	41

1 Introdução

Em junho de 2022, o Banco Mundial publicou a quarta edição do *Global Findex*,¹ o banco de dados da mais importante pesquisa internacional sobre inclusão financeira. O levantamento foi realizado em 2021, por meio de entrevistas com cerca de 125 mil adultos em 123 países. No Brasil, a pesquisa foi feita por telefone e contou com uma amostra de 1.002 respondentes. Os resultados trouxeram atualizações de indicadores sobre acesso e uso de serviços financeiros, incluindo o uso de cartões, telefones celulares e internet para fazer e receber pagamentos. Uma inovação desta edição em relação às anteriores – realizadas em 2011, 2014 e 2017 – foi o acréscimo de uma seção específica sobre bem-estar financeiro.

O objetivo desta edição da Série de Cidadania Financeira é analisar os dados da pesquisa com enfoque no acompanhamento da evolução do Brasil ao longo do tempo, bem como na comparação da situação do país com outros países e regiões ao redor do mundo. Essa análise permite identificar lacunas e desafios no acesso e uso de produtos e serviços financeiros e no bem-estar financeiro, auxiliando na formulação de possíveis soluções.

Em 2021, o Banco Central do Brasil (BC) publicou o segundo *Relatório de Cidadania Financeira* (RCF),² que apresentou um panorama da cidadania financeira no país, caracterizado por um cenário de crescente digitalização do sistema financeiro. Os dados aqui apresentados, provenientes do *Global Findex Database 2021*, trazem uma evolução semelhante em termos de inclusão financeira, em boa parte impulsionada pelos serviços financeiros digitais.

1 O relatório e os dados do *Global Findex* utilizados neste estudo estão disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex>.

2 Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf.

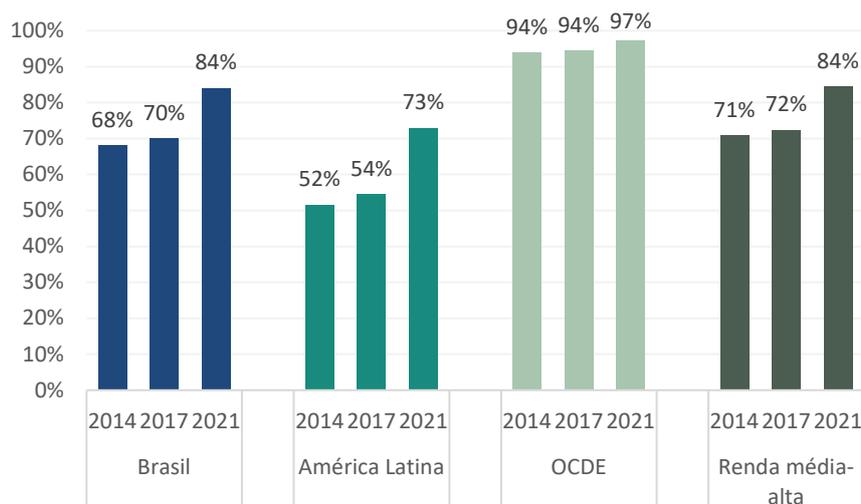
2 Acesso

Acompanhando os indicadores apresentados no RCF 2021, a pesquisa *Global Findex* demonstrou um avanço importante na porcentagem de brasileiros adultos que afirmam possuir uma conta em instituição financeira (Gráfico 1). Enquanto foi observado um crescimento de apenas dois pontos percentuais (2 p.p.) entre 2014 e 2017, aumentando de 68% para 70%, a pesquisa indicou um crescimento de 14 p.p. entre 2017 e 2021, período em que a quantidade de adultos detentores de conta em instituições financeiras no Brasil chegou a 84% dos respondentes. Dos respondentes com conta, 71% afirmaram ter feito um depósito bancário, e 71% afirmaram ter realizado um saque, indicando o uso da conta.

Essa porcentagem de pessoas que afirmam possuir conta em instituição financeira apresenta certa diferença em relação aos números encontrados no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), base de dados mantida pelo BC a partir das informações fornecidas pelas instituições financeiras, publicados no RCF 2021. Segundo os dados do CCS, 96% da população adulta possuía, ao final de 2020, ao menos um relacionamento com uma instituição pertencente ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essa discrepância pode estar relacionada a pessoas com relacionamentos inativos com o SFN, cujos registros não constam como encerrados no CCS ou, ainda, pessoas com contas ativas que tenham pouco uso recorrente.

A pesquisa do *Global Findex* permite realizar comparações internacionais, além de monitorar a evolução da posse de contas ao longo do tempo. No Gráfico 1, percebe-se que o Brasil se igualou à média dos países de renda média-alta,³ grupo do qual faz parte, que observaram um aumento de 8 p.p. nos respondentes que afirmaram possuir conta, chegando aos mesmos 84%. Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que servem como referência de altos índices de bancarização também apresentaram crescimento, alcançando 97%.

Gráfico 1 – Adultos com conta (Brasil e comparação internacional)

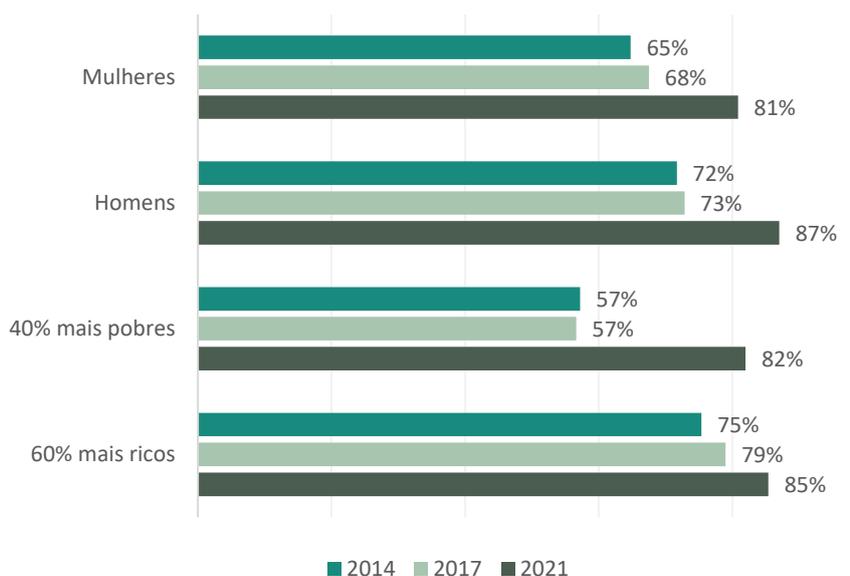


3 O Banco Mundial atribui as economias do mundo a quatro grupos de renda – países de renda baixa, média-baixa, média-alta e alta. As economias de renda média-alta são aquelas em que o Produto Nacional Bruto per capita de 2021 ficou entre US\$4.256 e US\$13.205. As classificações são atualizadas a cada ano em 1º de julho e são baseadas no Produto Nacional Bruto per capita em dólares atuais (usando as taxas de câmbio do método Atlas) do ano anterior (ou seja, 2020 neste caso). <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-world-bank-country-classifications-income-level-2021-2022>.

No recorte por sexo (Gráfico 2), em relação à porcentagem de pessoas que afirmaram possuir contas, houve aumento no Brasil tanto para homens quanto para mulheres. A diferença, porém, manteve-se: ainda há mais homens (87%) do que mulheres (81%) com contas. Esse cenário se assemelha ao encontrado no restante da América Latina⁴ (6,8 p.p.), porém é superior à diferença observada nos países de renda média-alta (4 p.p.). O RCF 2021, no entanto, não apresenta essa lacuna entre homens e mulheres na quantidade de pessoas com relacionamento com o sistema financeiro no país. Como a pesquisa aqui discutida traz a percepção dos respondentes a respeito de posse de contas, uma hipótese é que as mulheres potencialmente utilizam as contas que possuem com menos frequência, por exemplo.

Para a parcela da população com renda mais baixa (40% mais pobres), o crescimento do percentual de pessoas com posse de contas foi expressivo, saltando de 57% em 2017 para 82% em 2021, diminuindo, por conseguinte, a diferença com relação às pessoas com renda mais alta (60% mais ricos). Essa diferença, que era de 22 p.p. em 2017, passou a ser de apenas 3 p.p. em 2021. Muitos fatores podem ter contribuído para esse aumento na população bancarizada proporcionalmente maior entre os mais pobres, como a criação de contas para o recebimento do Auxílio Emergencial⁵ e a criação do Pix,⁶ entre outros motivos apresentados no RCF 2021.

Gráfico 2 – Posse de contas por sexo e renda (Brasil)



Entre os não bancarizados, na pesquisa realizada em 2021, os principais motivos apontados pelos brasileiros para não possuir conta foram o custo de mantê-la (67%) – maior percentual entre os países analisados – e a falta de dinheiro (63%), similar à de outros países da América Latina (Gráfico 3). Nessa pergunta, os respondentes podiam apontar mais de um motivo. Esse resultado leva a uma reflexão sobre o ônus de se manter uma conta no Brasil, pois, nos últimos anos, observa-se uma queda nos custos, em especial com a criação do Pix, que é gratuito para pessoas físicas.

4 Neste documento, América Latina está considerando também o Caribe, conforme dados do *Global Findex*.

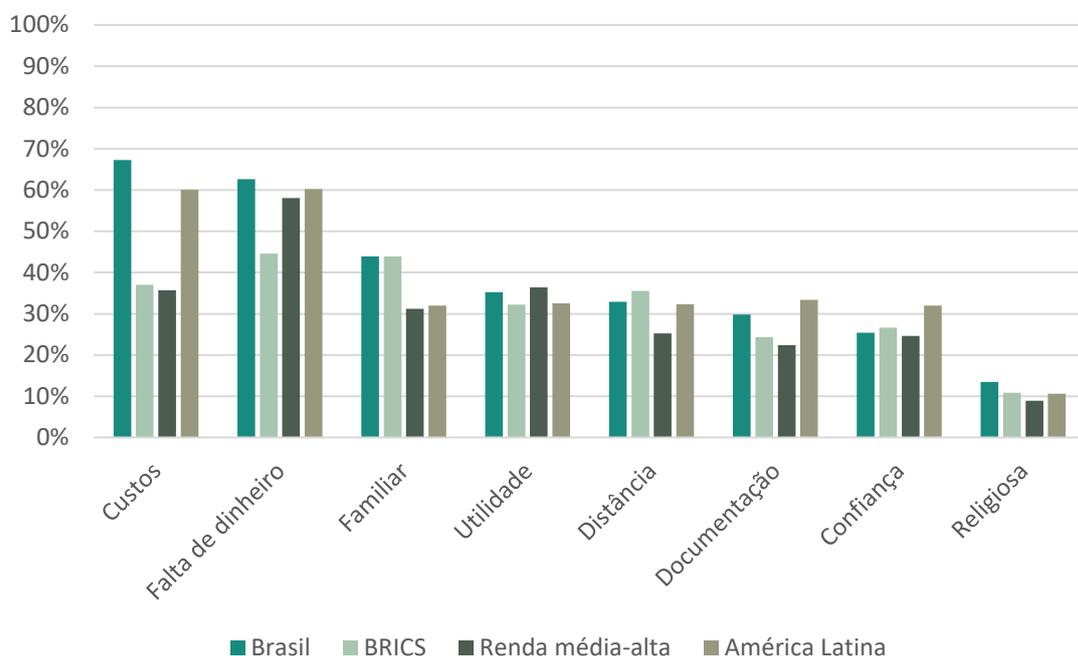
5 Auxílio financeiro criado pelo Governo Federal em virtude da pandemia da Covid-19.

6 Meio de pagamento criado pelo Banco Central em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. Mais informações em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>.

Além da criação do Pix, tem se verificado o aumento da oferta de provedores de contas de pagamento, que, em geral, não cobram pela sua manutenção.⁷ Há ainda na normatização⁸ vigente uma lista de serviços essenciais, que não podem ser cobrados do cidadão. Essa resposta observada na pesquisa pode levar à hipótese de que falta informação para a população sobre essas opções de baixo custo ou sem custo para manutenção de uma conta.

Adicionalmente, 41% dos respondentes que não possuem conta afirmaram que não conseguiriam utilizar uma conta de instituição financeira sem ajuda, demonstrando que, de fato, a falta de conhecimento ou a insegurança a respeito de assuntos financeiros está presente no dia a dia para esse público.

Gráfico 3 – Motivos para não ter conta (Brasil e comparação internacional) – 2021⁹



3 Uso

Cartões

Segundo dados do BC, o número de cartões ativos chegou a 9,5 bilhões no último trimestre de 2021, e as transações com cartões de crédito e de débito chegaram a quase 50% de participação no total da utilização dos instrumentos de pagamento nesse mesmo período.¹⁰ Esse alto uso de cartões é refletido nas respostas à

7 Relatório de Economia bancária 2021. Boxe 7: A nova dinâmica da competição no SFN e no SPB. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2021.pdf.

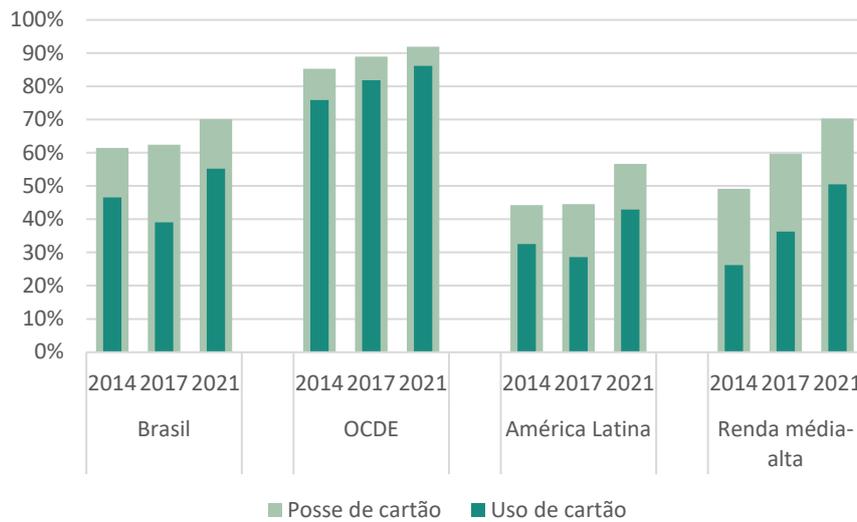
8 A Resolução CMN 3.919, de 25 de novembro de 2010, estabelece serviços essenciais sobre os quais é vedada a cobrança de tarifas. Esses serviços podem ser acessados em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tarifas3594>.

9 Como o entrevistado podia citar mais de um motivo para não ter conta, a soma dos percentuais pode ultrapassar 100%.

10 Estatísticas de meios de pagamento do BC. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos>.

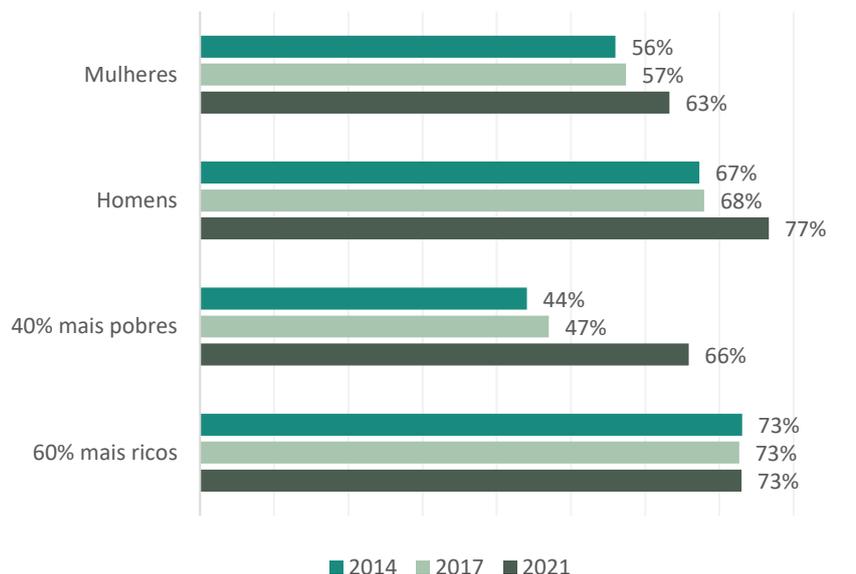
pergunta sobre posse de cartões do *Global Findex*. Em 2017, o percentual era de 62%, e subiu em 2021, quando 70% dos respondentes afirmaram possuir cartão de crédito ou de débito, número equivalente à média dos países de renda média-alta. No entanto, no Brasil, o uso foi levemente maior: cerca de 53% contra 50% nos países de renda média-alta. Nos países da América Latina, o percentual de pessoas com posse de cartão é mais baixo e não chega a 60% dos respondentes.

Gráfico 4 – Posse e uso de cartão de crédito ou débito (Brasil e comparação internacional)



Quanto à diferença entre os sexos no quesito posse de cartões, percebe-se que houve um aumento para ambos os sexos, apesar de o percentual de homens que possuíam cartão de crédito ter permanecido acima do percentual de mulheres. Essa diferença, que era de 11 p.p. em 2017, passou a ser de 14 p.p. em 2021 (Gráfico 5). Já na comparação entre as faixas de renda, percebe-se que a diferença de posse de cartões entre os mais ricos e os mais pobres diminuiu consideravelmente. Enquanto em 2017 era de 26 p.p., em 2021 passou a ser de apenas 7 p.p. Esse foi um movimento similar ao de posse de contas, e pode ser atribuído a mudanças no sistema financeiro, tais como o fortalecimento de instituições de pagamento (IPs).

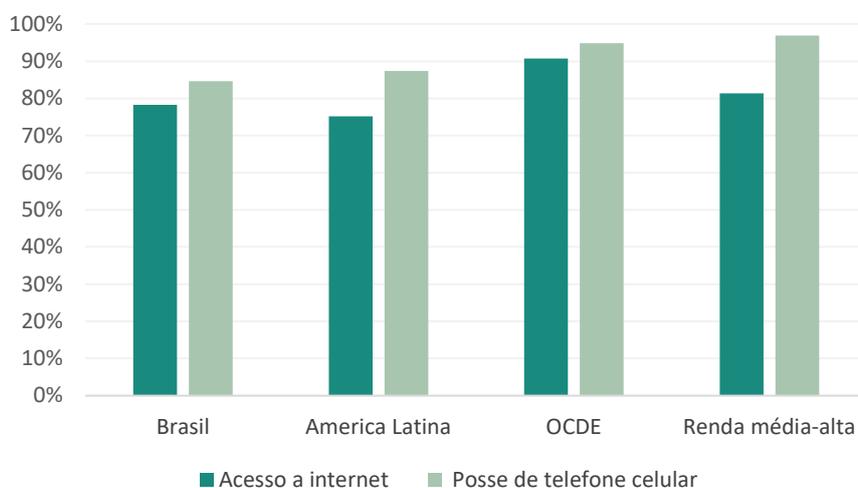
Gráfico 5 – Posse de cartões por sexo e renda (Brasil)



Pagamentos digitais

Na pesquisa de 2021, foi introduzida uma pergunta para medir o acesso da população à internet e a posse de telefone celular. Em um sistema financeiro cada vez mais digitalizado e com muitos produtos desenvolvidos apenas virtualmente, essa pergunta tem grande relevância. No Brasil, 78% dos respondentes afirmaram possuir acesso à internet e 85% possuíam um telefone celular. Na comparação internacional, o Brasil possui percentuais semelhantes aos da América Latina (75% e 87% respectivamente), porém abaixo de países da OCDE e da média dos países de renda média-alta, como pode ser observado no Gráfico 6.

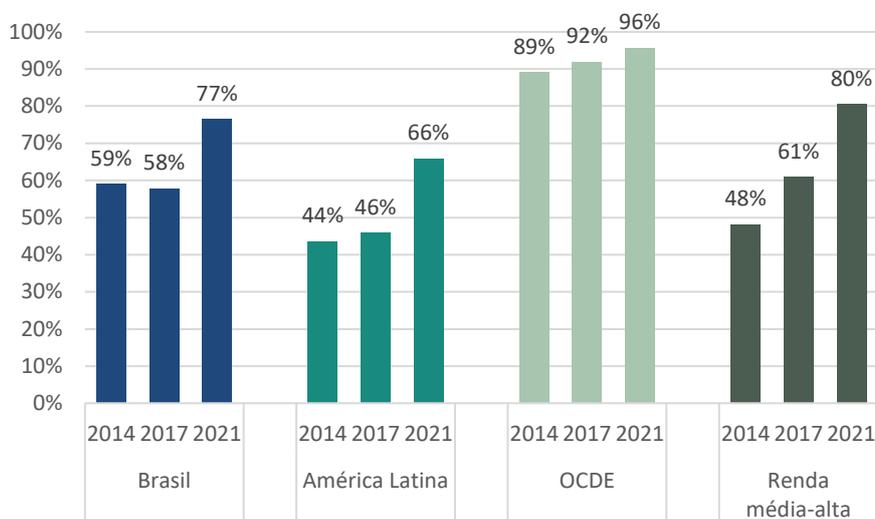
Gráfico 6 – Acesso à internet e posse de telefone celular (Brasil e comparação internacional) – 2021



Em linha com o abrangente acesso à internet, o *Global Findex* mensurou significativo aumento no uso de meios de pagamento digitais no Brasil entre 2017 e 2021. Esse movimento de inclusão, correspondente a um acréscimo de cerca de 20 p.p. nos respondentes que relataram ter utilizado alguma opção de pagamento digital, ocorreu no Brasil, nos pares da América Latina e no grupo de países de renda média-alta. O percentual brasileiro, porém, ainda se mantém longe do percentual dos países da OCDE (Gráfico 7). Alguns fatores podem estar relacionados a esse rápido crescimento da adoção de meios digitais pelos brasileiros: maior número de prestadores de serviço no mercado; expansão das *fintechs*, notadamente das IPs;¹¹ evolução tecnológica; criação do Pix; aumento do acesso à internet e a smartphones pela população em geral.

11 A expansão das IPs é analisada com detalhes nas seções 1.1, 1.2, 2.1 e 3.1 do *Relatório de Cidadania Financeira (2021)*, disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf.

Gráfico 7 – Utilização de pagamentos digitais (Brasil e comparação internacional)

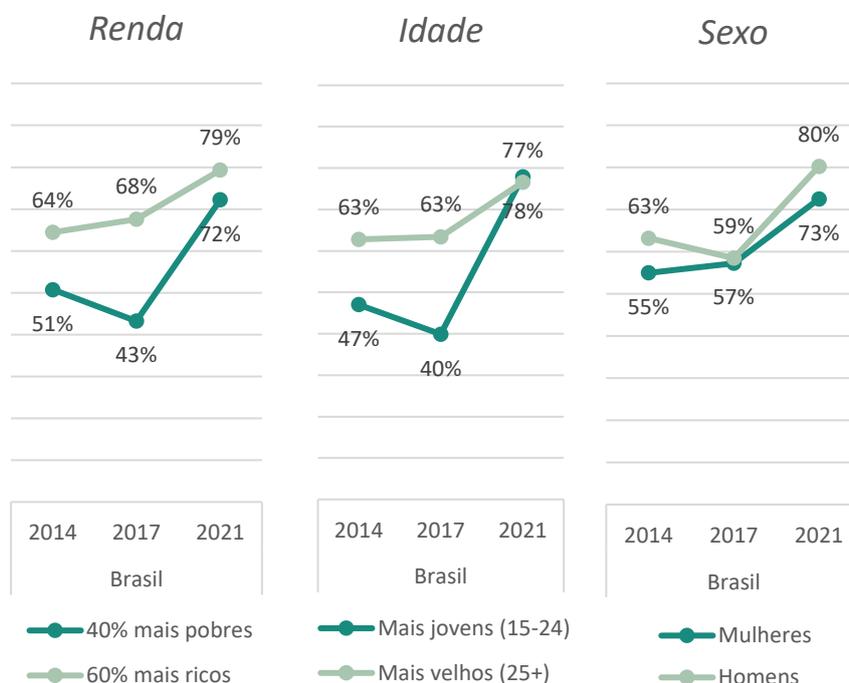


Importante ressaltar que o indicador de pagamentos digitais criado pelo *Global Findex* é bastante abrangente e considera como pagamento digital qualquer uma das seguintes operações: fazer pagamentos utilizando um cartão de débito, um cartão de crédito ou um telefone celular. Também considera usar a internet ou um telefone celular para pagar contas, enviar dinheiro para parentes ou amigos, fazer uma compra *on-line* ou fazer uma compra em loja física, bem como receber pagamento por produtos agrícolas. Por fim, considera adicionalmente o pagamento de contas de serviços públicos, transferências de dinheiro e o recebimento de transferências do governo ou pensão pública realizados diretamente de uma conta ou para uma conta de instituição financeira ou conta de dinheiro móvel.¹²

Uma análise mais detalhada (Gráfico 8) indica que o crescimento no uso de pagamentos digitais resultou na redução de algumas desigualdades. A lacuna entre os grupos mais ricos e mais pobres era proeminente em 2017, com 43% do grupo de menor renda utilizando pagamentos digitais contra 68% dos mais ricos, uma diferença de 25 p.p. Em 2021, a diferença reduziu para 7 p.p., com 72% dos mais pobres utilizando pagamentos digitais. A lacuna geracional também caiu 25 p.p. entre 2017 e 2021, com os mais jovens passando a reportar mais frequentemente o uso de pagamentos digitais que o grupo mais velho. A comparação entre sexos, entretanto, demonstrou aumento na diferença do uso de pagamentos digitais ao longo desse triênio. Em 2017, percentuais semelhantes de mulheres e homens reportavam fazer pagamentos digitais (respectivamente 57,3% e 58,5%). Em 2021, essa diferença passou a 8 p.p., com 72,6% das mulheres reportando ter feito algum pagamento digital versus 80,3% dos homens.

¹² Em diversos indicadores, o *Global Findex* investiga a posse e o uso de contas de dinheiro móvel, chamadas de mobile money accounts. No Brasil, essa modalidade de serviço não existe.

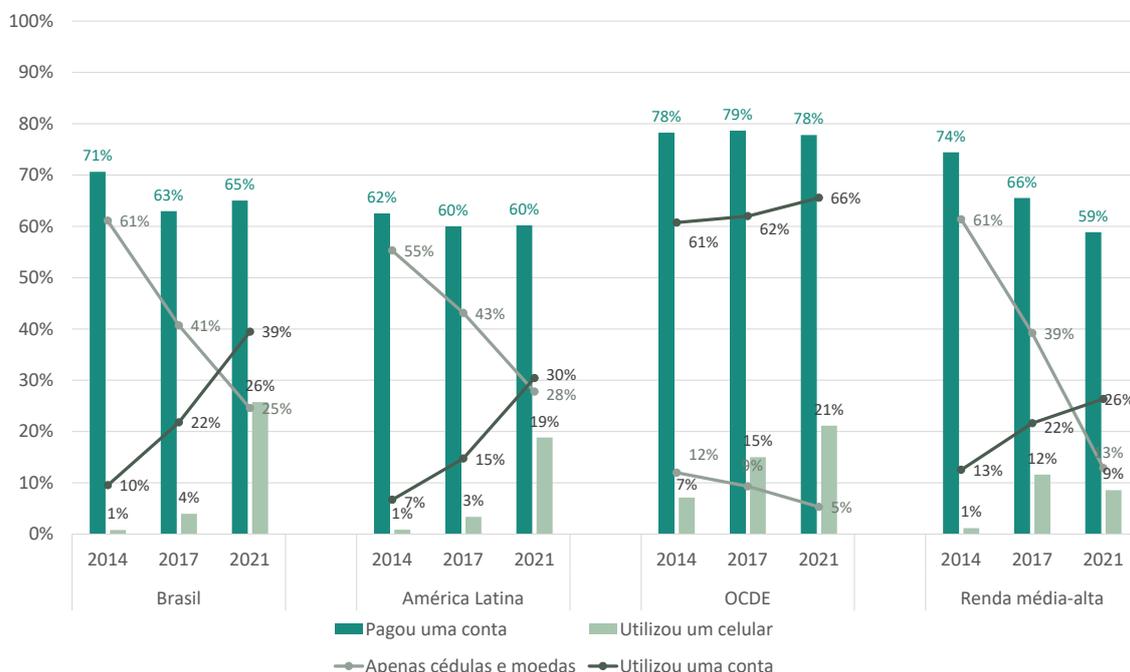
Gráfico 8 – Pagamentos digitais por perfil do consumidor (Brasil)



Nos últimos anos, a expansão do uso de pagamentos digitais modificou a forma como os brasileiros pagam suas contas de serviços básicos. Os pagamentos, que eram feitos principalmente em dinheiro, passaram a ocorrer majoritariamente por meio de uma conta, mudança que pôde ser verificada no Brasil, na América Latina e no grupo de países de renda média-alta (Gráfico 9), no último triênio. Na OCDE, o percentual de pessoas que pagavam suas contas somente em espécie era consideravelmente inferior ao desses grupos de comparação desde 2014, com apenas 12% naquele ano, chegando a 5% em 2021. No Brasil, em 2014, 61% dos brasileiros entrevistados reportavam pagar suas contas utilizando cédulas, e esse percentual reduziu para 25% dos respondentes no último ano.

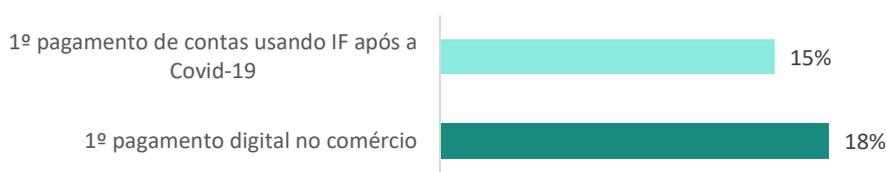
Um outro aspecto mensurado pelo *Global Findex* foi o percentual de pessoas que relataram usar o telefone celular para realizar esses pagamentos. No Brasil, 26% dos respondentes utilizaram o celular para pagar suas contas, um percentual acima da média dos grupos de comparação. A Suécia, Finlândia e Noruega foram os países que mais reportaram esse comportamento, com 49%, 46% e 45%, respectivamente. Dos 122 países com dados para 2021, o Brasil ocupa a 29ª posição entre os que mais informam utilizar o celular para realizar esses pagamentos.

Gráfico 9 – Tipo de pagamentos de contas de serviços básicos (Brasil e comparação internacional)



Em 2021, o *Global Findex* investigou como o período da pandemia da Covid-19 pode ter influenciado nessa mudança de comportamento das pessoas com relação ao uso de pagamentos digitais (Gráfico 10). No Brasil, 18% dos respondentes relataram que fizeram um pagamento digital no comércio pela primeira vez após o início da pandemia. Para o pagamento de contas de serviços básicos utilizando uma conta em vez de dinheiro em espécie, 15% dos respondentes disseram que a mudança do comportamento ocorreu após o início da pandemia.

Gráfico 10 – Mudança de comportamento de pagamentos após a pandemia – 2021 (Brasil)



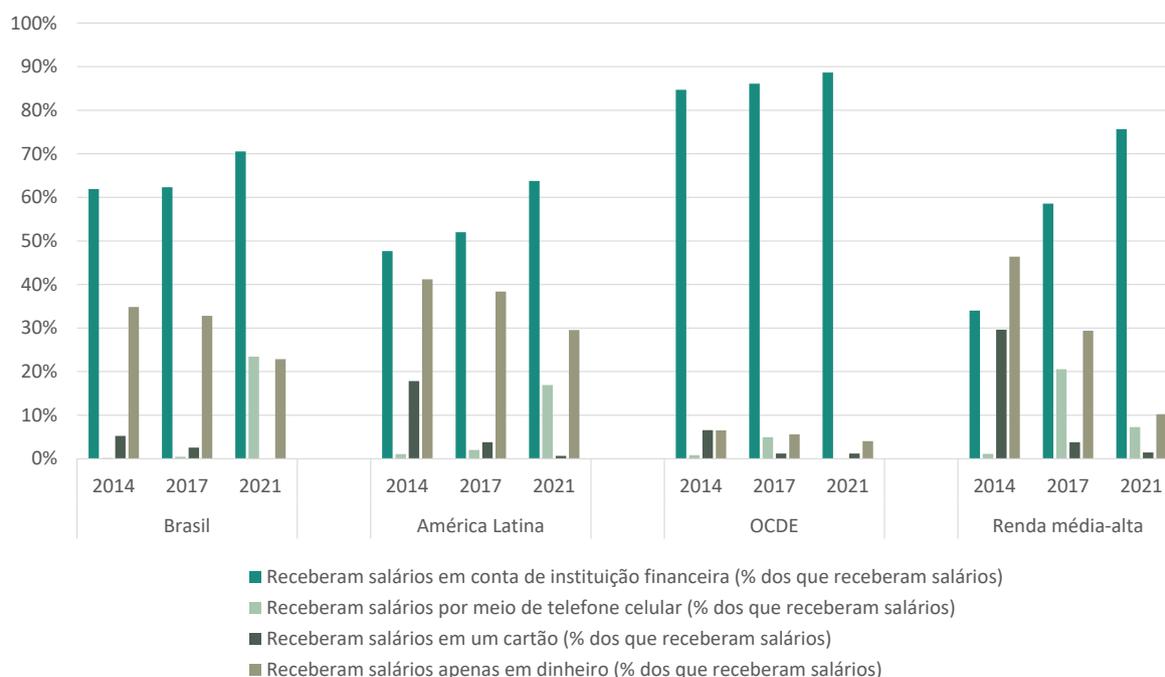
Outro fator que contribui para o crescimento dos pagamentos digitais é a forma de recebimento dos salários (Gráfico 11). No Brasil, o percentual de pessoas que receberam salário diretamente em uma conta de instituição financeira, segundo a pesquisa, aumentou de 62% para 71% dos assalariados entre 2017 e 2021, enquanto o percentual das que receberam apenas em dinheiro caiu de 33% para 23% no mesmo período. O recebimento em conta de instituição financeira nos países de renda média-alta no mesmo período passou de 59% para 76%, superando o crescimento observado no Brasil. Na OCDE, 89% afirmaram receber em conta e apenas 4% em dinheiro. Estudos apontam que o fato de receber o salário diretamente em uma conta formal pode melhorar a confiança nos serviços financeiros, além de facilitar que se utilize essa conta para poupar, tomar empréstimo formal ou gerenciar o dinheiro recebido.^{13,14}

13 BREZA, Emily; KANZ, Martin e KLAPPER, Leora F. *Learning to navigate a new financial technology: Evidence from payroll accounts*. No. w28249. National Bureau of Economic Research, 2020.

14 BACHAS, Pierre et al. *How Debit Cards Enable the Poor to Save More*. *Journal of Finance* 76.4 (2021): 1913–57.

Chama a atenção que, no Brasil, 23% disseram receber o salário via telefone celular. Como não há contas financeiras em operadoras de telefonia celular no país, esse dado provavelmente reflete o uso do smartphone para efetuar transações e verificar as movimentações na conta.¹⁵

Gráfico 11 – Forma de recebimento dos salários – 2021 (Brasil e comparação internacional)

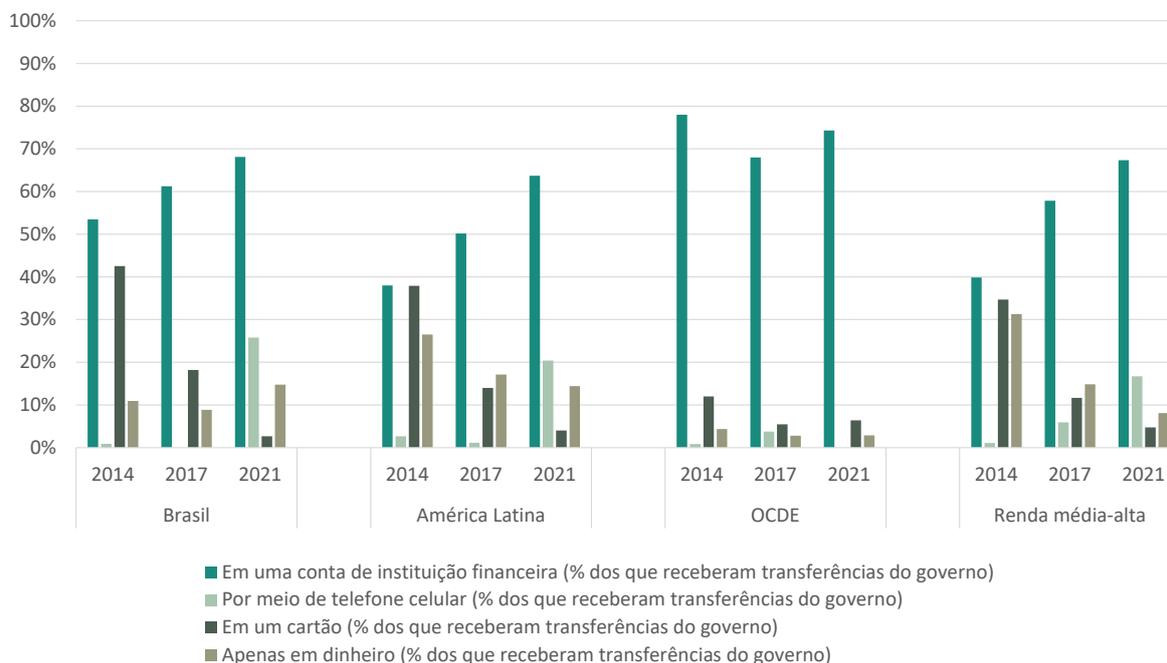


No Brasil, os pagamentos feitos pelo governo,¹⁶ segundo o estudo, foram majoritariamente realizados em conta de instituição financeira, e acabam por também afetar positivamente a inclusão financeira digital. Entre 2014 e 2021, o percentual de pessoas que receberam transferências do governo aumentou de 15% para 30% no país. Desse percentual, 68% receberam em uma conta em instituição financeira (em 2014 eram 53%), 15% receberam em dinheiro, 3% em cartão (eram 43% em 2014) e 26% afirmaram receber por meio de um telefone celular. O percentual de recebimento do governo em conta de instituição financeira no Brasil em 2021 supera o da América Latina, que é de 64%, e a média dos países de renda média-alta, de 67%.

15 Em alguns indicadores, o *Global Findex* investiga a posse e o uso de contas de dinheiro móvel (*mobile money accounts*), uma modalidade de serviço que não existe no Brasil. Em outros indicadores, o uso do celular para realizar transações financeiras não está explicitamente associado a essa conta de dinheiro móvel, como é o caso dessa informação do recebimento de salário via telefone celular. Ela foi capturada pela seguinte pergunta: “Nos ÚLTIMOS 12 MESES, algum empregador pagou seu salário de alguma das seguintes formas: Você recebeu pagamentos via telefone celular?”.

16 Pagamentos do governo incluem salários do setor público, pensões do setor público e pagamento de transferências governamentais (qualquer tipo de benefício social, tais como subsídios, seguro-desemprego, repasses referentes a pagamentos educacionais ou de saúde). Entram aqui, também, os benefícios do Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, pago como forma de garantir renda mínima aos cidadãos mais vulneráveis durante a pandemia de Covid-19.

Gráfico 12 – Transferências do Governo – 2021 (Brasil e comparação internacional)



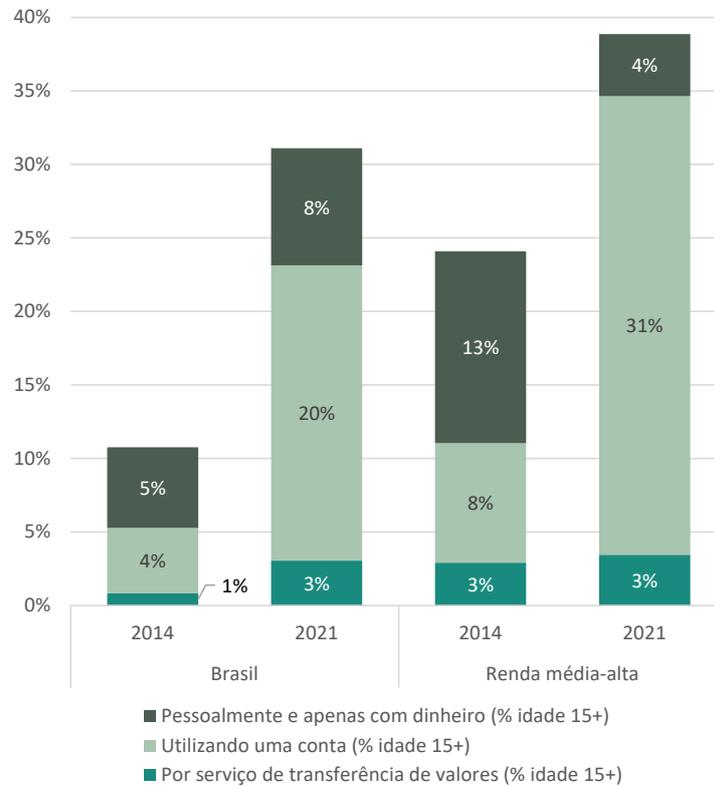
O Gráfico 13 traz o crescimento das remessas domésticas¹⁷ entre 2014 e 2021. No Brasil,¹⁸ o percentual de pessoas que enviaram ou receberam remessas domésticas aumentou de 11%, em 2014, para 31%, em 2021. Os que fizeram ou receberam remessas por meio de uma conta cresceram 16 p.p. entre 2014 e 2021¹⁹ (de 4% para 20%), e os que utilizaram dinheiro passaram de 5% para 8%. Nos países de renda média-alta, o aumento no percentual de pessoas que enviaram ou receberam remessas domésticas entre 2014 e 2021 foi de 15 p.p., de 25% para 40%. Os que utilizaram uma conta cresceram 23 p.p. (de 8% para 31%), enquanto os que utilizaram dinheiro diminuíram 9 p.p. (de 13% para 4%). Assim, vê-se que no Brasil o uso de contas para envio e recebimento de remessas domésticas avançou, mas o dinheiro em espécie ainda é bastante utilizado.

17 Envio de recursos financeiros a parentes ou amigos que vivem em outro local, dentro do mesmo país.

18 Para esse item não há dados para a OCDE e para países da América Latina.

19 Não há dados detalhados para 2017, nem para América Latina e OCDE.

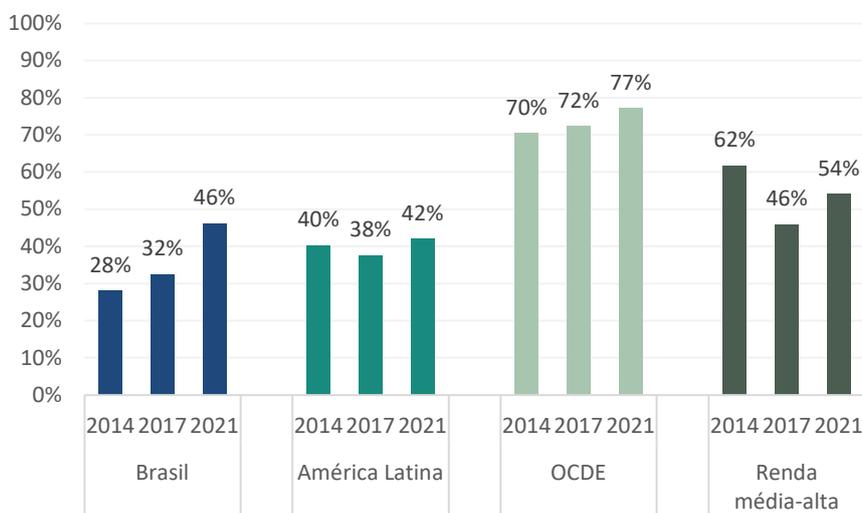
Gráfico 13 – Envio ou recebimento de remessas domésticas – 2021 (Brasil e renda média-alta)



Poupança

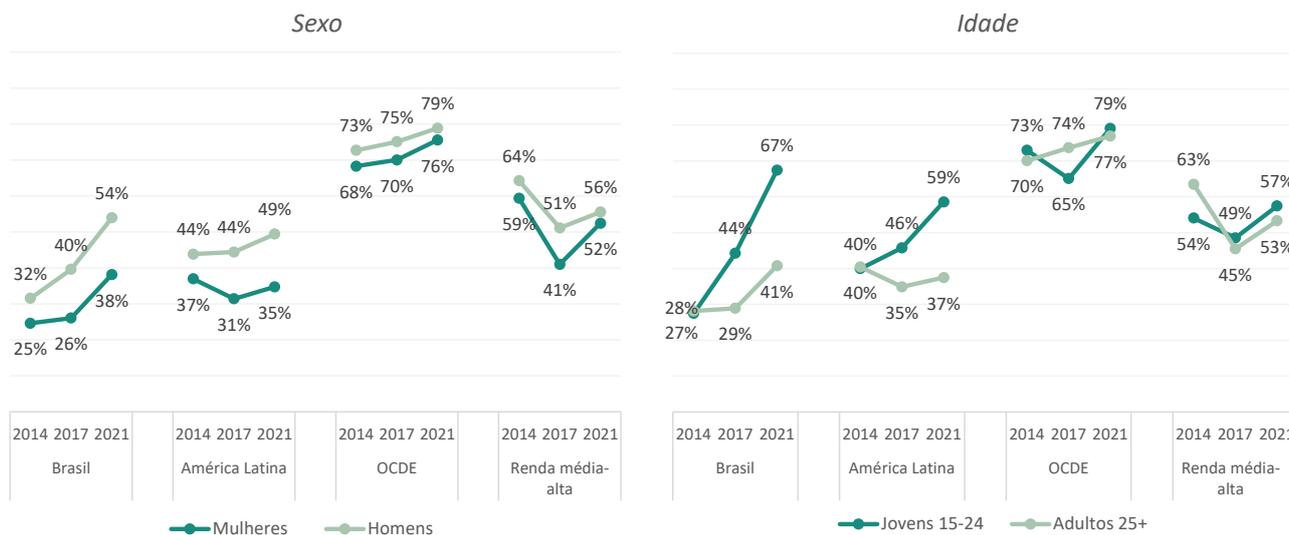
As pessoas poupam por diversas razões: para uma grande despesa futura, para gastos com educação, para investir em um negócio, para realizar sonhos e metas, para a aposentadoria ou para ter uma reserva de emergência. O *Global Findex 2021* reportou que, globalmente, 49% dos adultos respondentes pouparam ou reservaram algum dinheiro nos doze meses anteriores à pesquisa. Nos países de renda média-alta, 54% dos respondentes pouparam; e, na OCDE, esse percentual foi de 77%. No Brasil, 46% dos respondentes fizeram alguma poupança em 2021, ultrapassando pela primeira vez o percentual de poupadores da América Latina (42%), conforme demonstrado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Percentual de respondentes que pouparam nos últimos 12 meses (Brasil e comparação internacional)



Nas economias analisadas, observou-se que o percentual de mulheres que pouparam é menor do que o de homens. No Brasil e na América Latina, a diferença entre os sexos é maior que na OCDE e nos países de renda média-alta. Em 2021, 54% de homens brasileiros pouparam, frente a 38% de brasileiras poupadoras, uma diferença de 16 p.p. Em relação à idade, destaca-se um aumento no percentual de jovens (15 a 24 anos) poupadores, que passou de 27%, em 2014, para 67%, em 2021. Nas economias de renda mais alta, não se observaram diferenças relevantes no perfil dos poupadores por idade (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Percentual de respondentes que pouparam – Sexo e Idade (Brasil e comparação internacional)

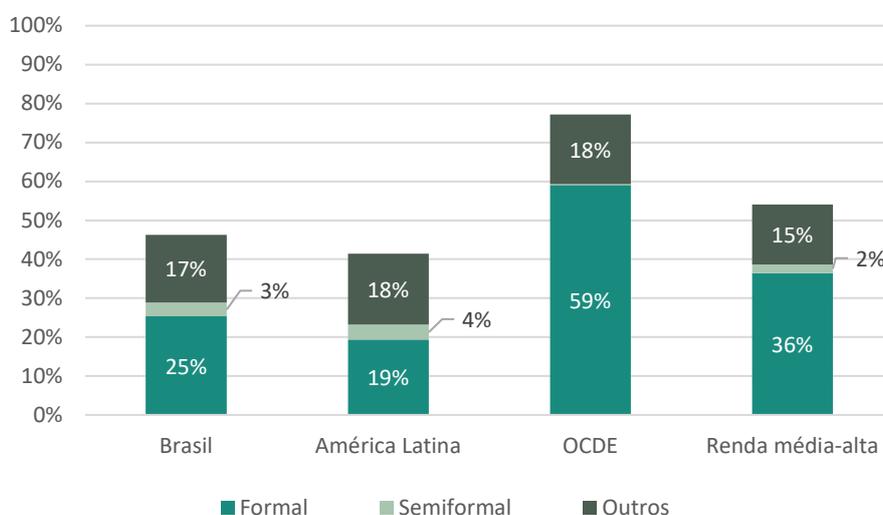


A pesquisa *Global Findex* 2021 destaca, ainda, como as pessoas pouparam. Globalmente, 31% dos adultos, ou cerca de dois terços das pessoas que pouparam, fizeram-no formalmente em uma instituição financeira ou

usando uma conta de telefonia celular.²⁰ Outra alternativa foi a poupança semiformal por meio dos chamados clubes de poupança,²¹ ou confiando seu dinheiro a uma pessoa fora da família.

Cerca de 18% das pessoas na OCDE, 18% na América Latina e 17% no Brasil relataram terem poupado de outra forma em 2021 (Gráfico 16). Isso pode incluir guardar dinheiro dentro de casa, aplicar em ações, títulos públicos ou até adquirir algum ativo como gado, joias e imóveis. Nos países em desenvolvimento, em 2021, pela primeira vez, a poupança formal foi o método mais comum, representando mais da metade entre os que pouparam. Considerando apenas os brasileiros que pouparam em 2021, 55% o fizeram formalmente em uma instituição financeira.

Gráfico 16 – Como os respondentes pouparam em 2021 (Brasil e comparação internacional)



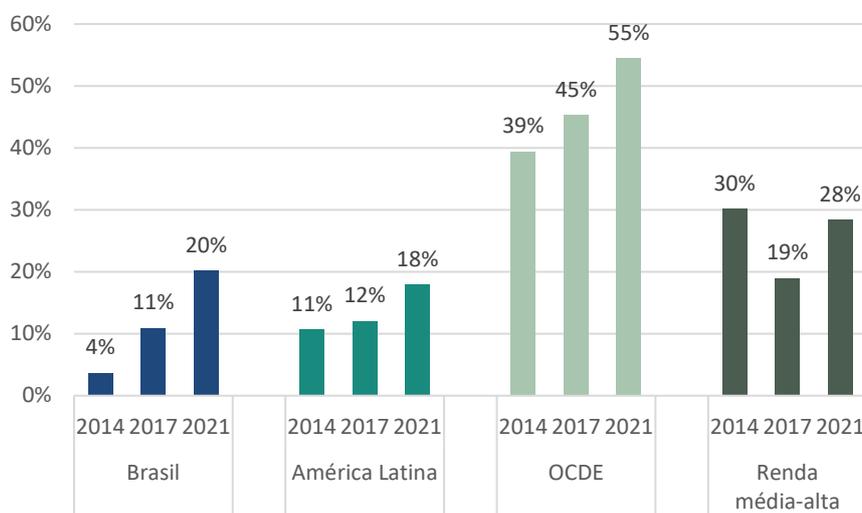
O *Global Findex* ainda perguntou se as pessoas pouparam dinheiro para a aposentadoria. Globalmente, 26% dos adultos pouparam para esse fim. No Brasil, o percentual de pessoas que pouparam para a aposentadoria subiu de 4% em 2014 para 20% em 2021 (Gráfico 17), superando pela primeira vez a América Latina. De acordo com informações da Superintendência de Seguros Privados (Susep),²² a média de contribuintes de produtos de previdência saltou de 6,5 milhões, ao fim de 2017, para 9,7 milhões, ao final de 2021. Na OCDE, o percentual de poupadores para aposentadoria também cresceu nos últimos anos, atingindo 55%.

20 A pesquisa *Global Findex* 2021 perguntou sobre poupar usando uma conta de telefonia celular (*mobile money account*) apenas para os adultos que possuíam tal conta e apenas para os países que possibilitem esse tipo de conta, que não é o caso do Brasil.

21 Segundo o Banco Mundial, um tipo comum de clube de poupança é uma associação rotativa de poupança e crédito (Rosca). Essas associações geralmente operam reunindo depósitos semanais e desembolsando o valor total para um membro diferente a cada semana.

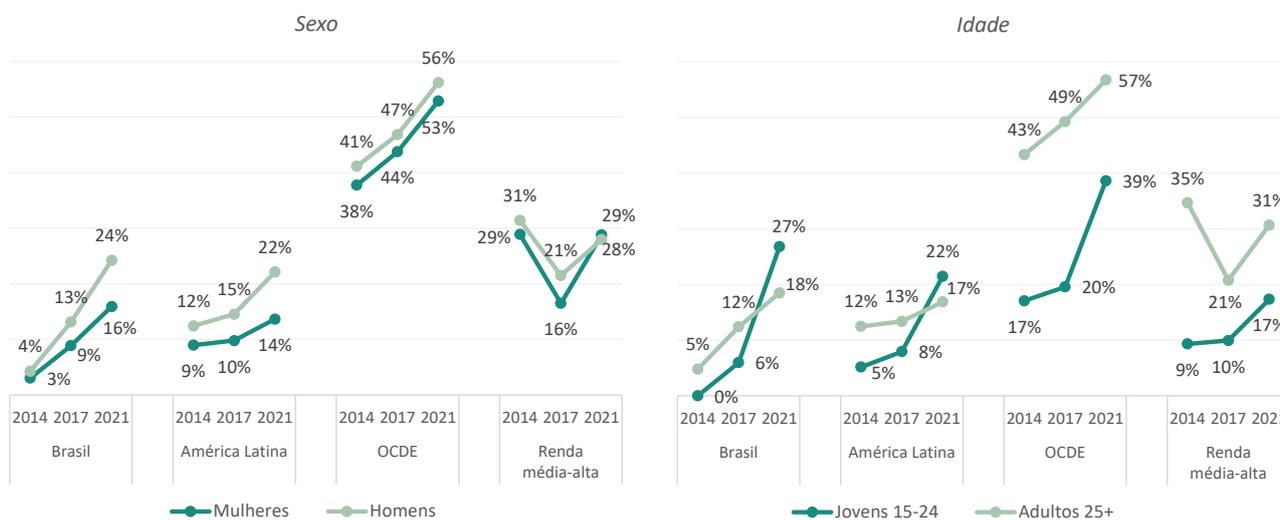
22 Dados provenientes do Sistema de Estatísticas da Susep (SES), disponíveis em: http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/resp_prevporuf.aspx. Foram somados os contribuintes de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e de Previdência Tradicional nas seguradoras e nas Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPPs).

Gráfico 17 – Poupança para aposentadoria (Brasil e comparação internacional)



No Brasil, o percentual de mulheres poupando para a aposentadoria (16%) é menor do que o percentual de homens (24%), e essa diferença entre os sexos aumentou nos últimos anos. A proporção de jovens (15 a 24 anos) poupando para a aposentadoria (27%) superou pela primeira vez a proporção de adultos (18%), tanto no Brasil quanto na América Latina (Gráfico 18).

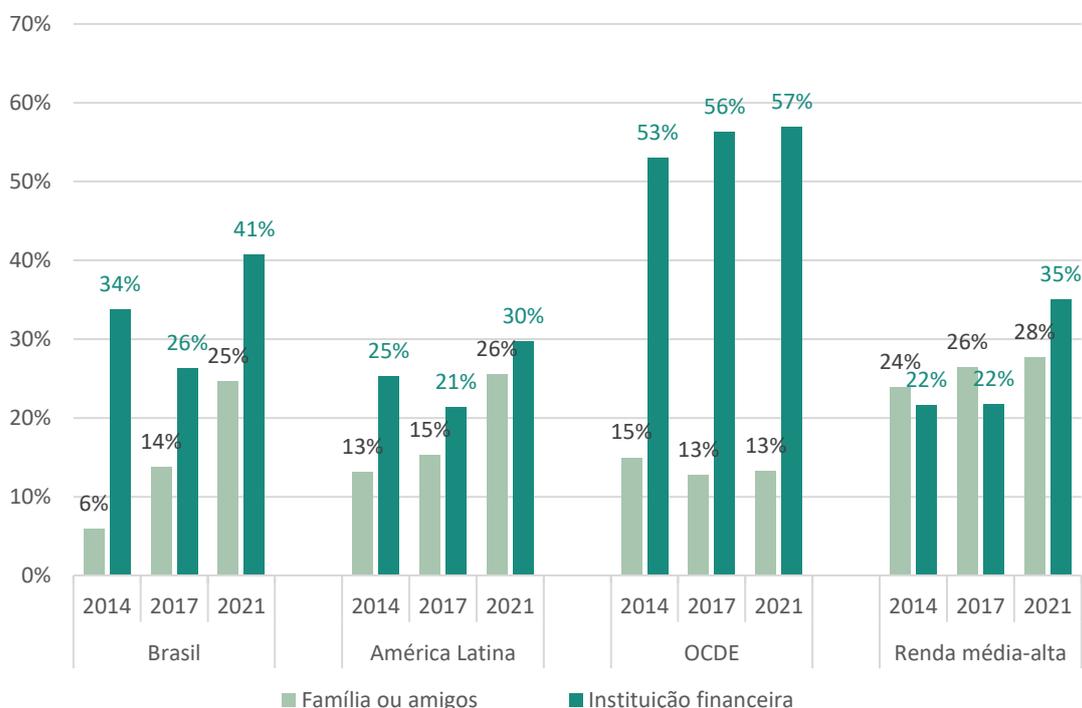
Gráfico 18 – Poupança para a aposentadoria – Sexo e idade (Brasil e comparação internacional)



Empréstimo

Em 2021, 59% dos respondentes no Brasil relataram que tomaram algum tipo de empréstimo nos doze meses anteriores à pesquisa. O *Global Findex* analisou se o empréstimo foi do tipo formal, que inclui tanto o crédito concedido por uma instituição financeira, como a simples utilização do cartão de crédito, ou se o empréstimo foi do tipo informal, por meio de algum membro da família e amigos. Nos países em desenvolvimento, cerca de metade dos que tomaram empréstimo responderam “família e amigos” como sua única fonte de crédito.

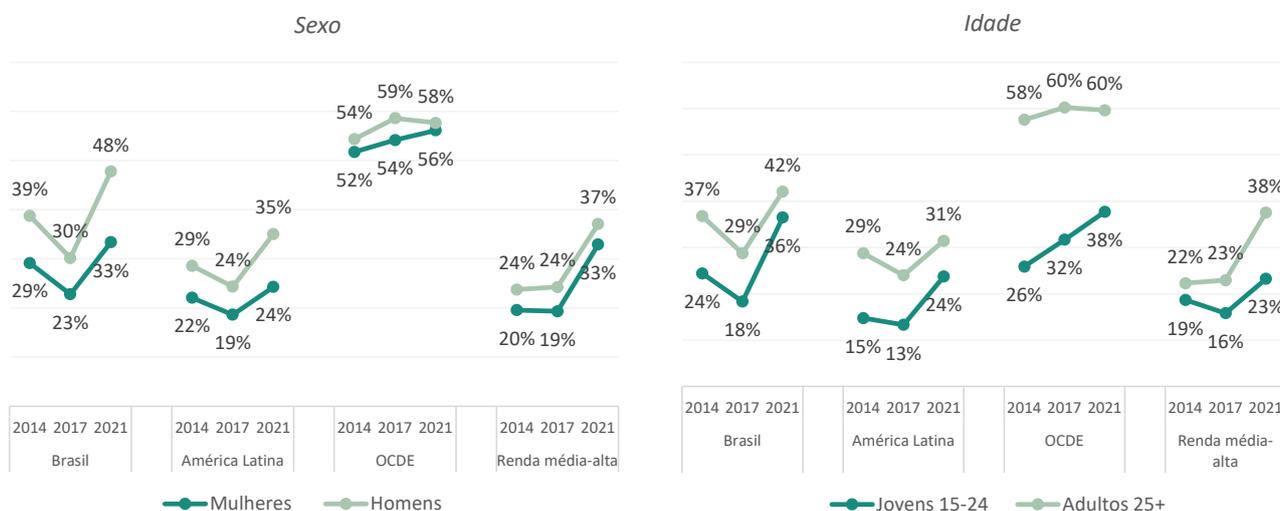
Gráfico 19 – Fontes de empréstimo analisadas (Brasil e comparação internacional)



No Brasil, o percentual de pessoas com empréstimo informal, advindo de algum familiar ou amigo, subiu de 6%, em 2014, para 25%, em 2021. O mesmo movimento foi observado na América Latina e nos países de renda média-alta. Na OCDE, o percentual de pessoas com empréstimo informal manteve-se estável em 13%. Por sua vez, o percentual de adultos com empréstimo formal nos últimos doze meses no Brasil (41%) é inferior ao detalhado pelo *Relatório de Cidadania Financeira* (49%), que utilizou dados cadastrais do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do final de 2020 e considera o total de indivíduos com crédito vigente naquele período.

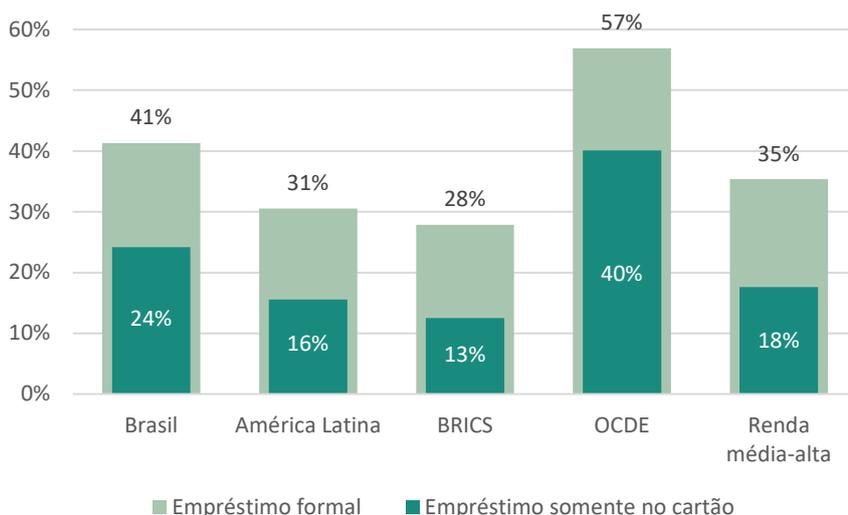
Há uma diferença nos percentuais de utilização do empréstimo formal quando consideramos a segmentação por sexo e idade (Gráfico 20). No Brasil, percentualmente mais homens (48%) tomaram empréstimo em uma instituição financeira do que mulheres (33%) em 2021, e a lacuna entre sexos cresceu entre 2017 e 2021. O percentual de jovens (36%) é inferior ao de adultos (42%) nos empréstimos formais. Na OCDE, a diferença entre jovens e adultos (22 p.p.) é maior do que nas demais economias analisadas.

Gráfico 20 – Empréstimo formal em instituição financeira – Sexo e idade (Brasil e comparação internacional)



Entre as pessoas que tomaram um empréstimo formal em 2021, existem aquelas que o fizeram somente por meio do cartão de crédito, não utilizando qualquer outro tipo de crédito ofertado por instituições financeiras (Gráfico 21). O cartão é, ao mesmo tempo, um meio de pagamento e um instrumento de crédito, uma vez que oferece um adiantamento de curto prazo até o pagamento da fatura, mesmo que esta seja totalmente paga e não ocorra incidência de juros. Excluindo-se as pessoas que só utilizaram o cartão de crédito, o percentual de respondentes que contrataram outras modalidades de crédito formal ficou semelhante (de 15% a 17%) nas economias analisadas.

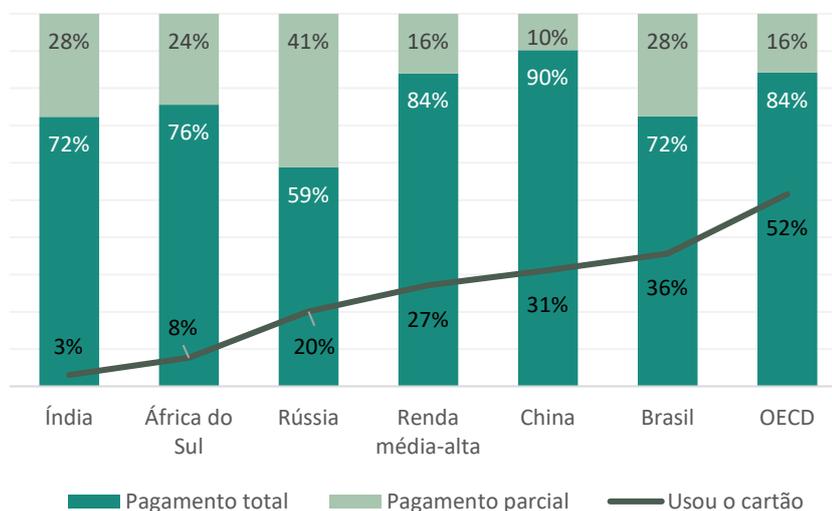
Gráfico 21 – Modalidades de empréstimo formal – 2021 (Brasil e comparação internacional)



Na pesquisa de 2021, o *Global Findex* perguntou pela primeira vez para as pessoas que usaram o cartão de crédito se elas pagavam o total da fatura na data de vencimento (Gráfico 22). Na OCDE e nos países de renda média-alta, 16% dos respondentes relataram não pagar a totalidade da fatura. No universo dos Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, os perfis de pagamento são diferentes: Índia, África do Sul e Brasil apresentaram de 24% a 28% de pessoas que não pagavam o total da fatura; China destacou-se pelo menor percentual (10%); e a Rússia destacou-se com o maior percentual (41%) de pessoas que não pagavam a totalidade da fatura no vencimento.

No mesmo gráfico, também se apresenta o percentual de pessoas que utilizaram o cartão em 2021. O Brasil aparece em 29º lugar global no uso do cartão de crédito, ficando em posição superior à da América Latina, dos países de renda média-alta e dos Brics, e inferior apenas aos países da OCDE. No contexto dos Brics, o Brasil se destaca pelo maior perfil de utilização do cartão de crédito entre os países populosos que formam o bloco. Porém, como já citado, 28% dos brasileiros usuários do cartão relataram não pagar o total da fatura no vencimento, incorrendo em juros. Esse comportamento já era observado por conta da relevância do crédito rotativo no Brasil.²³ Para testar uma possível solução visando à alteração desse comportamento, o BC realizou um estudo²⁴ que sugere que as faturas do cartão de crédito que aprimoram a clareza e a organização das informações oferecidas ao consumidor têm o potencial de melhorar o entendimento sobre o produto financeiro, de incentivar melhores decisões financeiras e de reduzir o endividamento.

Gráfico 22 – Utilização do cartão de crédito e pagamento da fatura – 2021 (Brasil comparação internacional)



O *Global Findex* também perguntou se as pessoas fizeram algum empréstimo para cobrir despesas por motivo de saúde (Gráfico 23). Em 2021, 19% dos brasileiros responderam que sim, um aumento de 9 p.p. em relação a 2017. Isso poderia ser explicado pela pandemia, apesar de a pesquisa não perguntar se o motivo era especificamente decorrente da Covid-19. No período entre 2020 e 2021, explorado pela pesquisa, as famílias no Brasil e no mundo estiveram mais expostas a choques financeiros, seja por gastos inesperados com saúde ou pela perda repentina de suas fontes de renda. A capacidade de lidar com esse tipo de choque – analisada em detalhes na seção sobre resiliência no próximo capítulo – indica que as pessoas, tanto no Brasil quanto na América Latina, recorrem principalmente à renda extra, que estava limitada durante a pandemia, bem como a parentes e amigos e a empréstimos formais (Gráfico 25). No caso da OCDE, com as pessoas mais amparadas pela disponibilidade de reservas financeiras, o percentual de pessoas que tomaram empréstimo por motivos de saúde se manteve estável em 5%.

23 De acordo com o RCF de 2021, 34 milhões de brasileiros utilizavam o cartão de crédito rotativo e parcelado, o que representa cerca de 20% da população adulta.

24 Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boxe_relatorio_de_economia_bancaria/boxe_3_efeito_mudanca_layout_fatura_cc.pdf.

Gráfico 23 – Empréstimo por motivo de saúde (Brasil e comparação internacional)



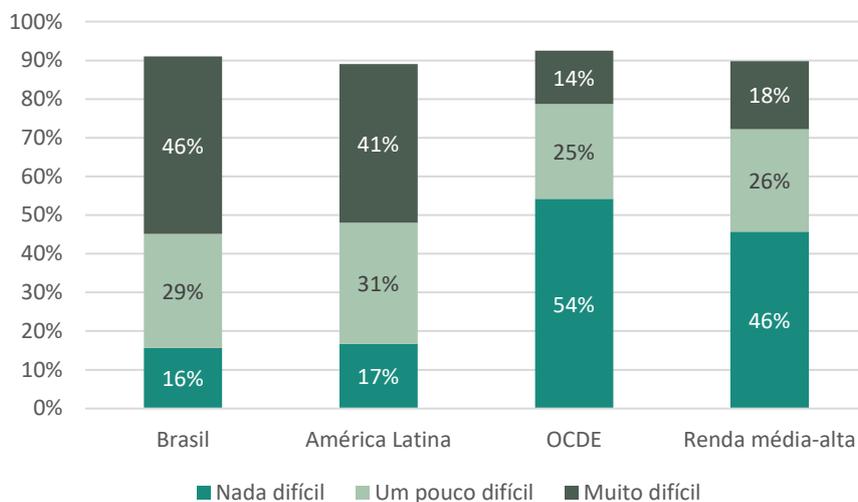
4 Bem-Estar Financeiro

O bem-estar financeiro, de acordo com o *Global Findex*, está relacionado à resiliência financeira do indivíduo, ao nível de estresse e a preocupações geradas por questões financeiras comuns e ao nível de confiança no uso de seus recursos financeiros.

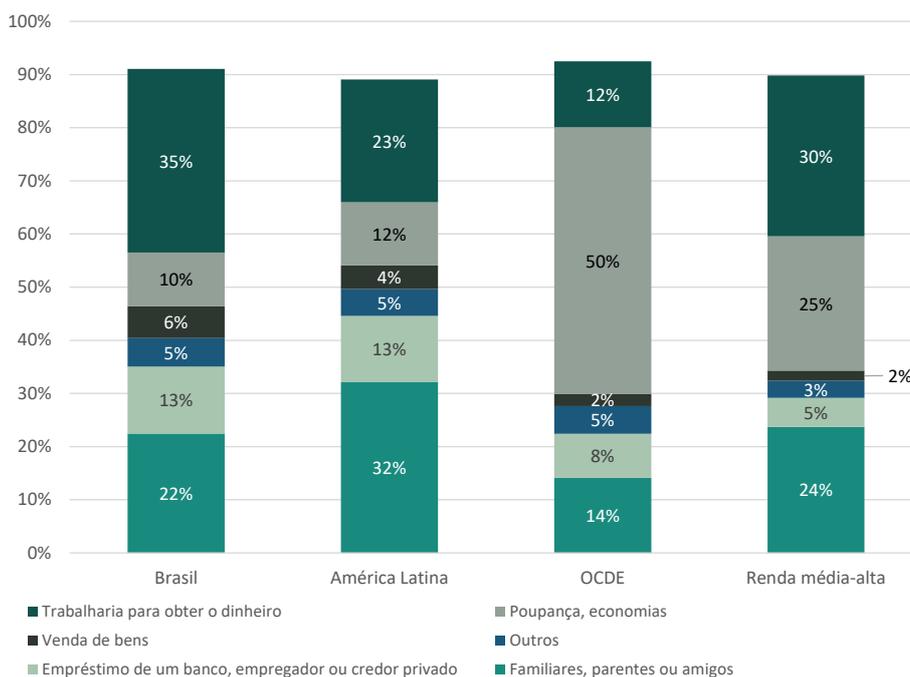
Resiliência financeira

De acordo com o Banco Mundial, a resiliência financeira é compreendida como a capacidade de lidar com choques financeiros, que podem vir tanto de quedas significativas de receita quanto de gastos inesperados. Utilizar dinheiro poupado é uma das formas de diminuir o impacto desses choques. Outras são pedir empréstimos a amigos ou familiares, trabalhar horas adicionais, conseguir empréstimo formal ou vender algum bem. A depender do valor necessário, da urgência, das redes de apoio e das circunstâncias pessoais, como renda e nível de acesso a produtos financeiros, como por exemplo o crédito, as pessoas podem ter maior ou menor dificuldade de resistir a um choque financeiro.

O Gráfico 24 detalha o grau de dificuldade que os entrevistados teriam em conseguir 5% do Produto Interno Bruto (PIB) per capita local em até 30 dias, o que equivale a R\$2.400,00 no Brasil. Considera-se resiliente quem respondeu que seria “Nada difícil” ou “Um pouco difícil” conseguir o valor dentro do prazo dado. A resiliência no Brasil é de 45%, muito abaixo da média dos países de renda média-alta, grupo a que pertence, que supera o percentual de 70% de resiliência.

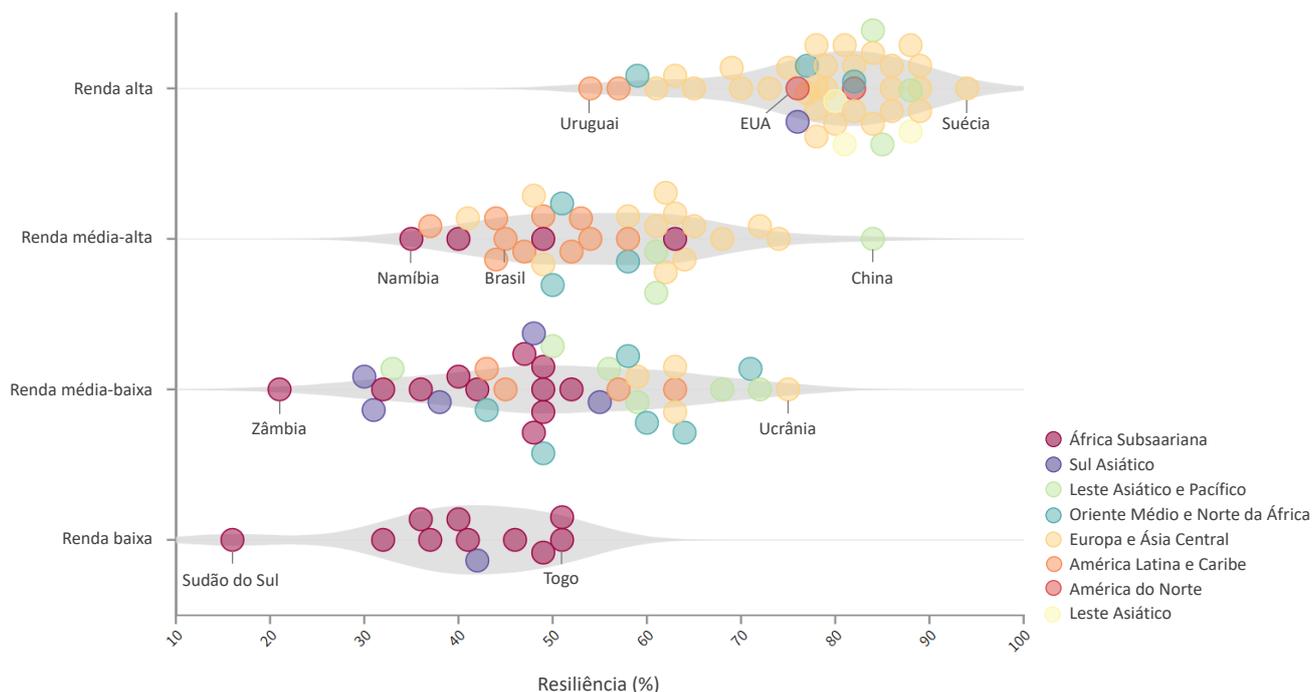
Gráfico 24 – Dificuldade em conseguir 5% do PIB local *per capita* em até 30 dias (Brasil e comparação internacional)

Além da dificuldade em se levantar o dinheiro, outro fator relevante é a forma como esse valor seria conseguido. O Gráfico 25 mostra que no Brasil o percentual de pessoas que poderiam contar com suas próprias economias (valores poupados) é de 10%, significativamente menor do que nos demais grupos de comparação. Possivelmente isso ocorre, entre outros fatores, devido ao baixo hábito de poupança do brasileiro, apesar do crescimento observado recentemente, de 32% dos respondentes, em 2017, para 46%, em 2021 (Gráfico 14). No Brasil, as pessoas preferencialmente buscariam trabalhar para aumentar a renda (35%) ou pediriam a familiares, parentes ou amigos (22%). Em comparação com os demais países de renda média-alta, mais pessoas pegariam empréstimo em instituição financeira no Brasil (13%) do que nos outros países do mesmo grupo de renda (5%). Na OCDE, metade da população recorreria às suas próprias economias para enfrentar um choque financeiro, e apenas 12% escolheriam trabalhar mais para obter o valor necessário.

Gráfico 25 – Principal fonte para conseguir 5% do PIB *per capita* local em até 30 dias (Brasil e comparação internacional)

A resiliência se correlaciona ao nível de renda, embora não seja inteiramente definida por ele. O Gráfico 26 permite visualizar os diferentes percentuais de resiliência da população dos países que compõem cada grupo de análise, separados por grupo de renda. Por exemplo, a resiliência do Uruguai, que é de renda alta, é praticamente a mesma de Togo, que é país de renda baixa, e a resiliência da China supera a de vários países de renda alta. Dos países do grupo em que se encontra (renda média-alta), o Brasil está entre aqueles que têm menor resiliência.

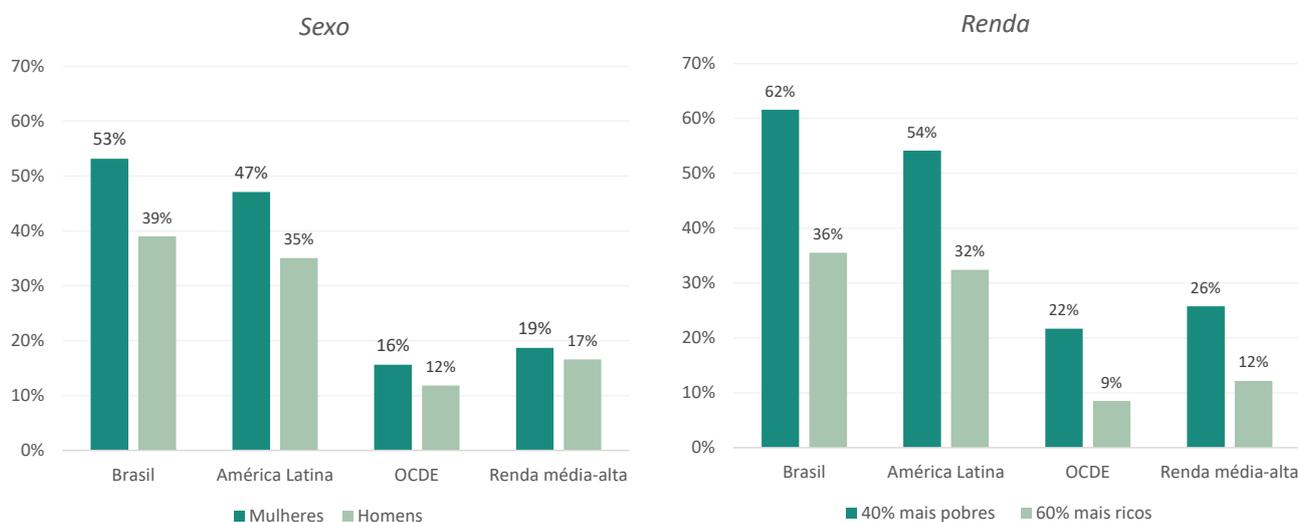
Gráfico 26 – Resiliência financeira dos países, por país, grupo de renda e região



Outra análise de interesse é observar, para um mesmo país, as diferenças nos níveis de resiliência entre distintos subgrupos da população. O percentual de mulheres que teriam muita dificuldade em conseguir o dinheiro no prazo dado é maior do que o de homens em todos os países avaliados, e essa lacuna é ainda maior no Brasil. Aqui, mais de 50% das mulheres teriam muita dificuldade em conseguir o dinheiro em 30 dias, enquanto 39% dos homens teriam a mesma dificuldade (Gráfico 27).

A resiliência das pessoas mais ricas também é maior do que a de pessoas pobres, e a diferença entre esses grupos tem clara relação com a desigualdade social. O Brasil tem uma diferença de resiliência entre pobres e ricos maior do que os demais grupos de países avaliados. Enquanto 36% dos mais ricos teriam muita dificuldade de conseguir o dinheiro no prazo dado, entre os mais pobres esse percentual ultrapassa 60%.

Gráfico 27 – Não resilientes (30 dias) por sexo e renda (Brasil e comparação internacional)



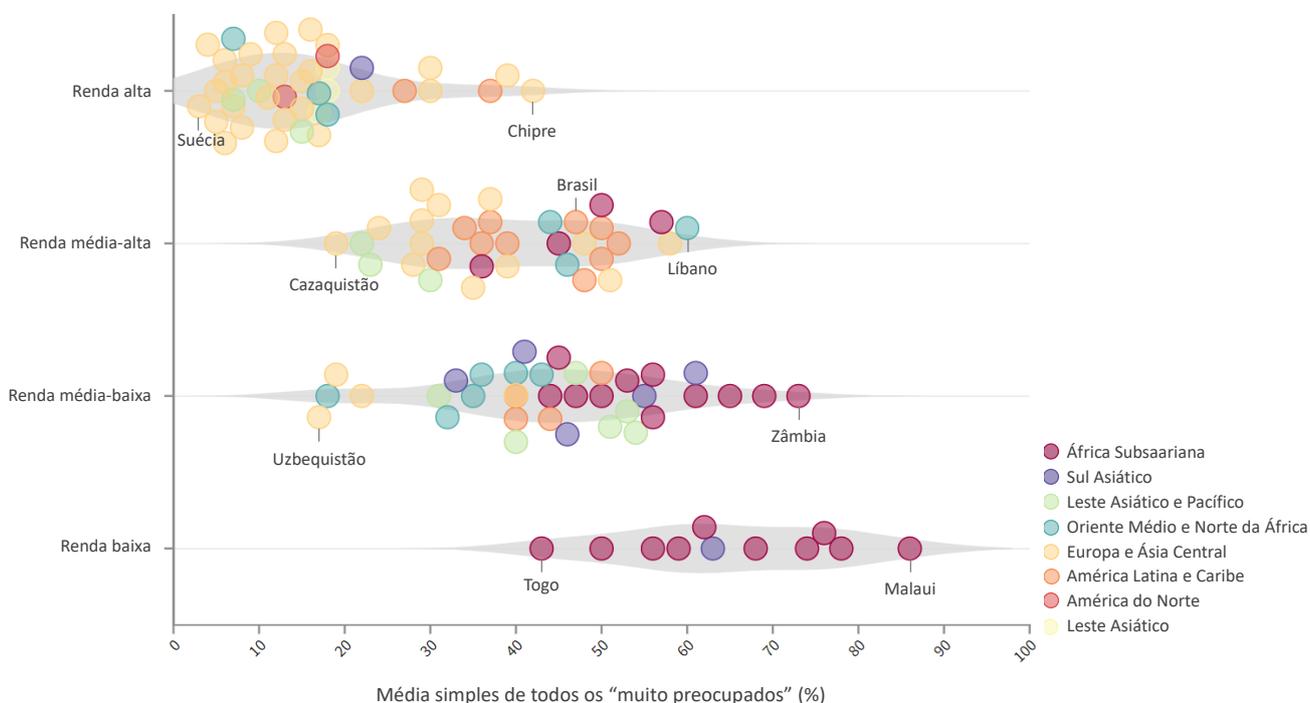
Preocupações financeiras

Outra dimensão do bem-estar financeiro é o nível de preocupação ou ansiedade que os indivíduos sentem em relação a suas vidas financeiras. Os sentimentos de segurança financeira ou de estresse são influenciados por questões como não ter como se proteger de imprevistos financeiros, ter dificuldade de bancar as necessidades básicas da família ou não conseguir atingir metas e objetivos pessoais. Ter ou não renda disponível é, portanto, o principal fator determinante do nível de preocupação financeira, mas outros fatores também afetam, como questões culturais, contexto econômico, etapa de vida, traços de personalidade do indivíduo, dinâmicas sociais, disponibilidade de informações sobre necessidades financeiras e a existência de programas de assistência social acessíveis.

O *Global Findex* avaliou o nível de preocupação (“muito preocupado”, “um pouco preocupado” e “não preocupado”) e a maior preocupação financeira das pessoas em quatro questões específicas: não ter dinheiro suficiente para a velhice, não conseguir pagar despesas médicas em caso de doença grave ou acidente, não ter dinheiro suficiente para pagar despesas e contas mensais, e não conseguir pagar taxas escolares ou educacionais. O Gráfico 28 apresenta, nos diferentes grupos de renda, a média simples²⁵ dos percentuais de pessoas que responderam estar muito preocupadas com esses temas em cada país. O Brasil tem um nível de preocupação maior que grande parte dos outros países de renda média-alta. Observa-se ainda que o nível de preocupação financeira (Gráfico 28) é menor nos grupos de países em que a resiliência financeira é maior (Gráfico 26).

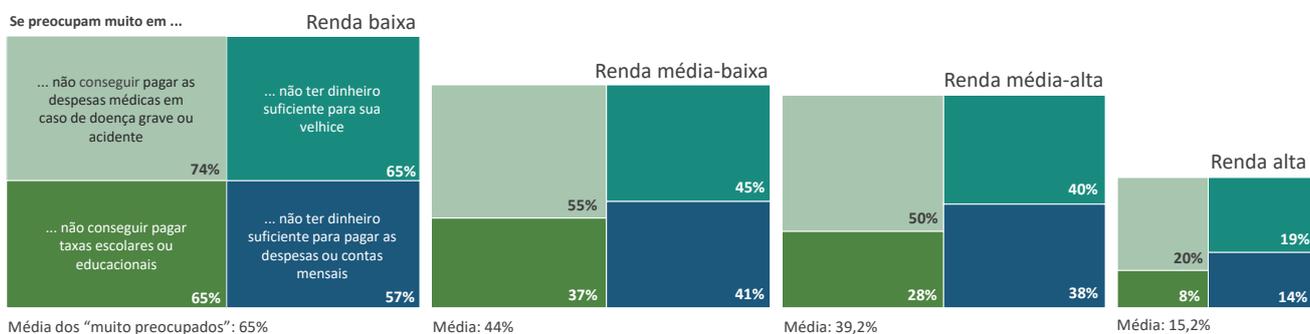
25 Para elaboração do Gráfico 28, foram somados os percentuais de “muito preocupados” nos quatro temas e dividido por quatro.

Gráfico 28 – Média de “muito preocupados”, por país, grupo de renda e região



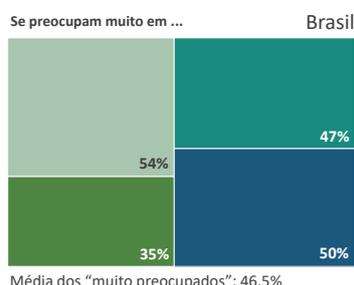
Complementando a análise dos “muito preocupados”, o Gráfico 29 mostra o nível médio²⁶ dos “muito preocupados”, por grupo de renda, nas questões contidas na pesquisa, dando mais clareza da magnitude do nível de preocupação geral por grupo de renda. As pessoas dos países de renda baixa se preocupam em média cerca de quatro vezes mais que aquelas dos países de renda alta (65% a 15%). O Brasil, por sua vez, apresenta um nível de preocupação médio de 46% (Gráfico 30), valor que só fica abaixo dos países de renda baixa. Avaliando separadamente as questões, o percentual de “muito preocupados” com despesas médicas é o maior para todos os grupos de renda, enquanto o de “muito preocupados” em não conseguir custear a educação é mais de oito vezes maior entre os países de renda baixa (65%) do que entre os países de renda alta (8%). Vale ressaltar que a pesquisa foi conduzida ainda durante o período da pandemia da Covid-19.

Gráfico 29 – Nível médio de “muito preocupados”, por questão e por grupo de renda



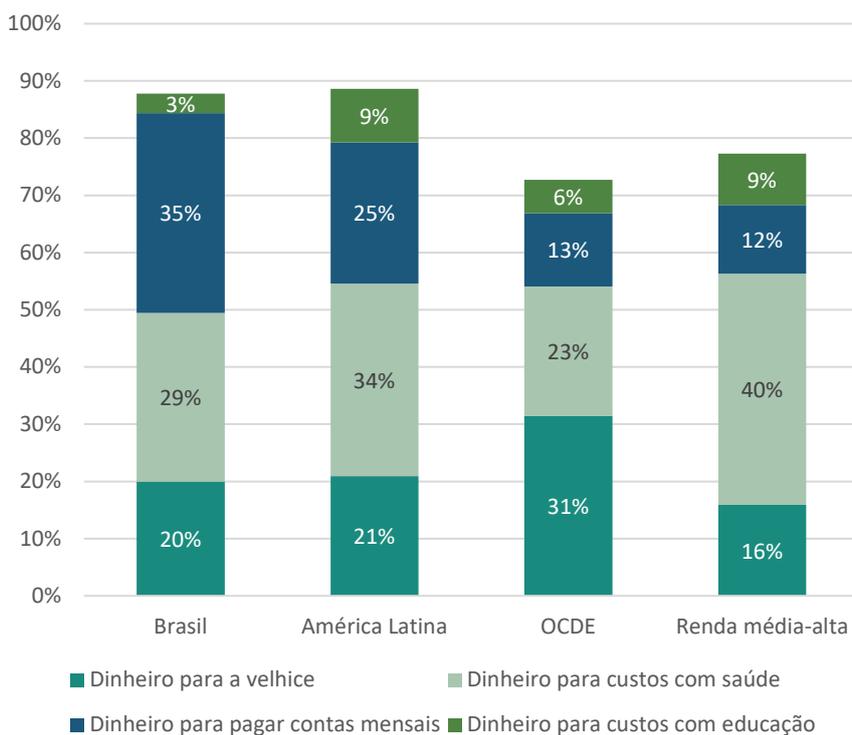
26 Para cada questão, foi calculada a média dos “muito preocupados”: somou-se o percentual de “muito preocupados” de todos os países de cada grupo de renda, e dividiu-se pelo número de países daquele grupo de renda. Em seguida, calculou-se a média das quatro questões, ou seja, o nível médio de “muito preocupados” dos grupos de renda.

Gráfico 30 – Nível médio de “muito preocupados” geral, por questão, no Brasil



Em relação à maior preocupação financeira entre os quatro quesitos perguntados, no Brasil a preocupação em não ter dinheiro suficiente para o pagamento de contas mensais é o assunto que mais se destaca, seguido por preocupações em não conseguir pagar gastos com saúde²⁷ e por não ter dinheiro suficiente para a velhice. Nos países de renda média-alta, observa-se que a preocupação com não ter dinheiro para pagar as contas mensais foi a terceira mais citada como principal preocupação, sendo superada pelas preocupações com gastos de saúde e pelo dinheiro para a velhice. Na OCDE, a maior preocupação financeira é com o dinheiro para a velhice, com as contas mensais aparecendo em terceiro lugar.

Gráfico 31 – Maior preocupação financeira (Brasil e comparação internacional)

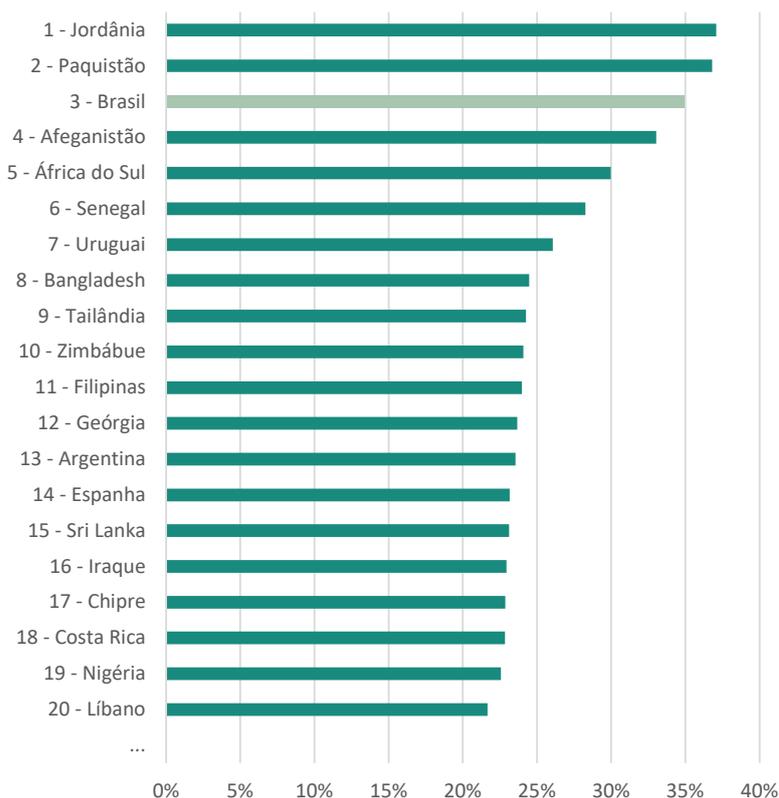


Destaca-se que a análise sobre a ordem de prioridade das preocupações financeiras para cada país ou grupo de países (Gráfico 31) faz mais sentido se considerada em conjunto com o percentual de “muito preocupados” (gráficos 29 e 30). Por exemplo, embora no Brasil a preocupação com custos de educação seja a menos citada como principal preocupação, 35% dos respondentes relataram estar muito preocupados com essa questão.

²⁷ Vale ressaltar que o estudo do *Global Findex* ocorreu em 2021, com grande impacto ainda da pandemia de Covid-19, tanto em questões econômicas quanto de saúde.

Uma das vantagens do *Global Findex* é permitir a comparação internacional. Nesse sentido, o Brasil é o terceiro, entre os 123 países, no qual os respondentes apontam o fato de não ter dinheiro suficiente para pagar as despesas ou contas mensais como principal preocupação financeira (Gráfico 32). Alguns fatores que podem estar influenciando a preocupação elevada em não ter dinheiro para as contas mensais são o padrão de consumo, o endividamento e a renda da população.

Gráfico 32 – Maior preocupação financeira: não ter dinheiro suficiente para pagar as despesas ou contas mensais



A dificuldade em pagar despesas ou contas mensais, diferentemente das outras três preocupações pesquisadas, diz respeito ao dia a dia, ao urgente, previsível e imediato da vida das pessoas, e demonstra uma renda mensal insuficiente para manutenção da vida familiar. Ter insegurança quanto à disponibilidade de renda, vivendo na escassez ou sob risco de escassez, afeta a capacidade de tomada de decisões das pessoas. Segundo Shafir e Mullainathan (2016),²⁸ viver sob privações prolongadas pode gerar limitações cognitivas, prejudicar o planejamento e dificultar a identificação de oportunidades. Conforme esperado, os dados da pesquisa corroboram com a associação entre menor renda e maiores preocupações financeiras, com consequente piora no bem-estar financeiro, afetando inclusive o aproveitamento de oportunidades. Evidenciar o sofrimento relacionado à falta de dinheiro, mensurando aspectos subjetivos, como o estresse causado por questões financeiras, ajuda a tornar mais visíveis outras consequências derivadas de problemas sociais, tais como pobreza e desigualdade. Como Sen (2018)²⁹ ressalta, a falta de liberdade econômica associada à escassez financeira se mostra, assim, como um impeditivo para liberdades substantivas, ou seja, para o desenvolvimento das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam.

28 MULLAINATHAN, Sendhil e SHAFIR, Eldar. *Escassez: uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações*. Rio de Janeiro: Best Business 7 (2016).

29 SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das Letras, 2018.

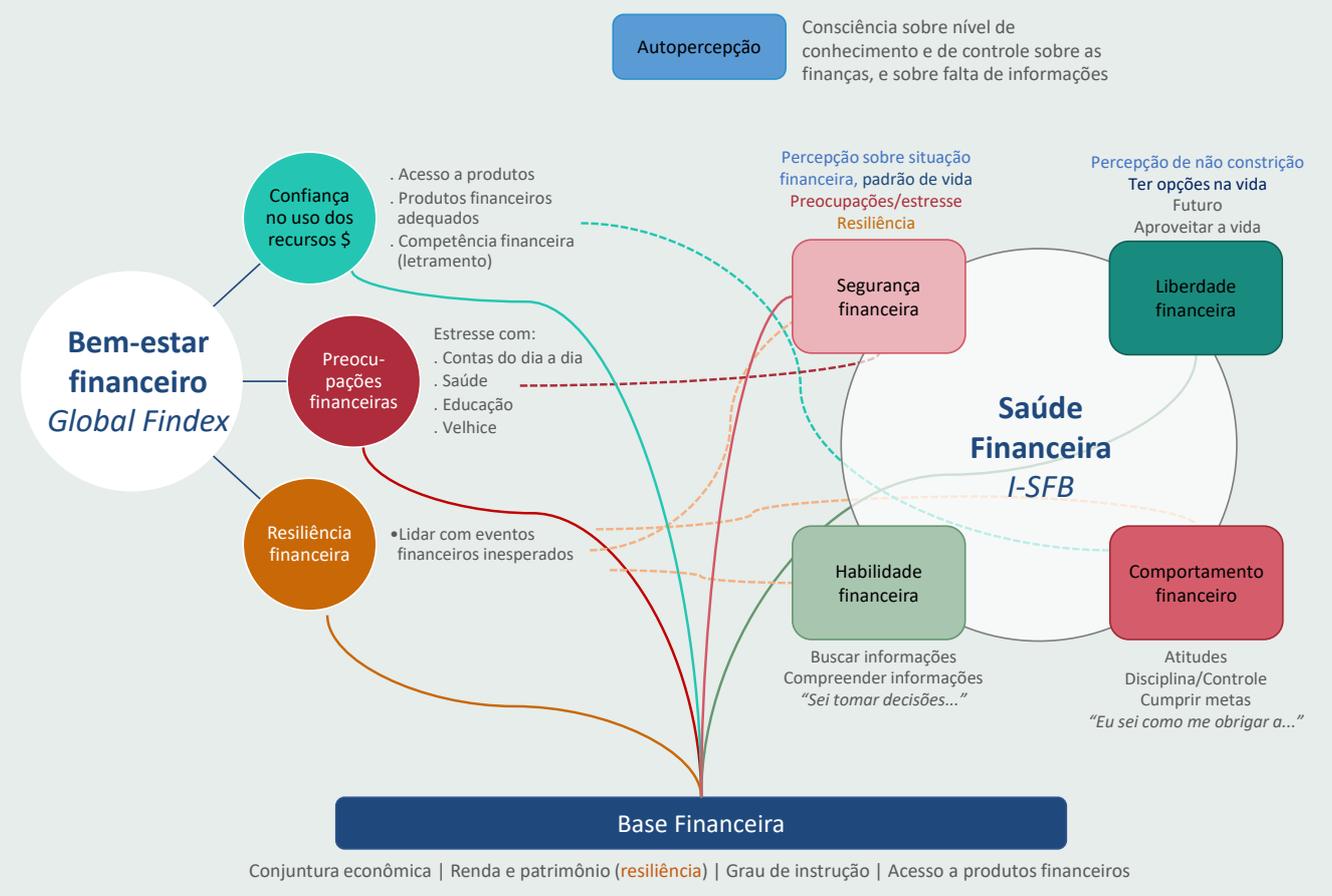
Boxe – Bem-estar financeiro, saúde financeira e resiliência

Bem-estar financeiro e saúde financeira são conceitos amplos e abstratos, muitas vezes utilizados como sinônimos, e que necessitam ser bem definidos para que possam ser mensurados e permitam a comparação entre cidadãos ou mesmo países. Nesse sentido, este boxe analisa de forma conceitual e empírica um estudo publicado em 2021 sobre a saúde financeira do brasileiro (I-SFB/Febraban), comparando-o com os resultados sobre bem-estar financeiro do *Global Findex*.

Para o *Global Findex*, o **bem-estar financeiro** está relacionado à **resiliência financeira** de um indivíduo (habilidade de lidar com um evento financeiro inesperado); **nível de estresse** gerado por questões financeiras comuns; e **nível de confiança** no uso de recursos financeiros. Compreende, portanto, questões objetivas e percepções subjetivas, como o nível de preocupação, que tem clara relação com sofrimento, e a autoconfiança.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em cooperação técnica com o BC, partiu da análise de protocolos internacionais de bem-estar financeiro, competências financeiras, saúde financeira e capacidade financeira³⁰ para desenvolver uma escala de saúde financeira adaptada ao contexto brasileiro, o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB).³¹ A relação conceitual entre os estudos *Global Findex* e I-SFB está detalhada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Mapa de comparação conceitual



30 Os protocolos utilizados foram: 1) *Financial Well-Being Scale*, do Consumer Financial Protection Bureau (CFPB); 2) *Financial Skill Scale*, do CFPB; 3) *Financial Health Score*, do Center for Financial Services Innovation (CFSI); e 4) *Financial Capability Score* da Universidade de Wisconsin – Financial Security Center.

31 O relatório está disponível em <https://indice.febraban.org.br/>.

O I-SFB avalia a saúde financeira a partir de quatro dimensões principais – segurança financeira, liberdade financeira, habilidade financeira e comportamento financeiro –, e de duas dimensões secundárias – base financeira e autopercepção.³² O **comportamento financeiro** está relacionado às atitudes, principalmente disciplina e controle, enquanto a **habilidade financeira** mensura a capacidade do indivíduo de buscar e entender informações financeiras importantes, ou seja, tem um caráter mais cognitivo. Juntas, essas duas dimensões formam a **proficiência financeira**, que pode ser equiparada à competência financeira.

A dimensão da **segurança financeira** está relacionada à capacidade de cumprir obrigações financeiras e à percepção sobre a própria situação financeira, se ela é ou não fonte de **preocupação e estresse**. Já a dimensão da **liberdade financeira** avalia se a forma como o indivíduo lida com seu dinheiro lhe permite ter opções na vida, e sua percepção sobre não se sentir constrito, limitado. Segurança e liberdade financeiras são as duas dimensões mais diretamente relacionadas à base financeira, e particularmente ao nível de renda da pessoa.

Base financeira é a conjuntura na qual o sujeito está inserido, e que captura a capacidade de acessar oportunidades e de resistir a imprevistos financeiros. Visualiza renda corrente (salário), riqueza permanente (patrimônio), grau de instrução e acesso a produtos e serviços financeiros. No índice, ela é utilizada como um calibrador de resultados (pessoas com pontuações menores de Base Financeira têm seu I-SFB majorado em relação a pessoas com pontuações maiores de base financeira, para a mesma pontuação nas demais dimensões).

A dimensão de **autopercepção**, subjetiva e fundamental ao se falar de saúde financeira, também é avaliada pelo questionário do I-SFB, mas não entra no cômputo do índice. A resiliência financeira, que aparece com destaque no conceito de bem-estar financeiro do *Global Findex*, aqui aparece de forma indireta nas dimensões segurança financeira e base financeira.

A definição de **saúde financeira** do I-SFB se cristalizou como:

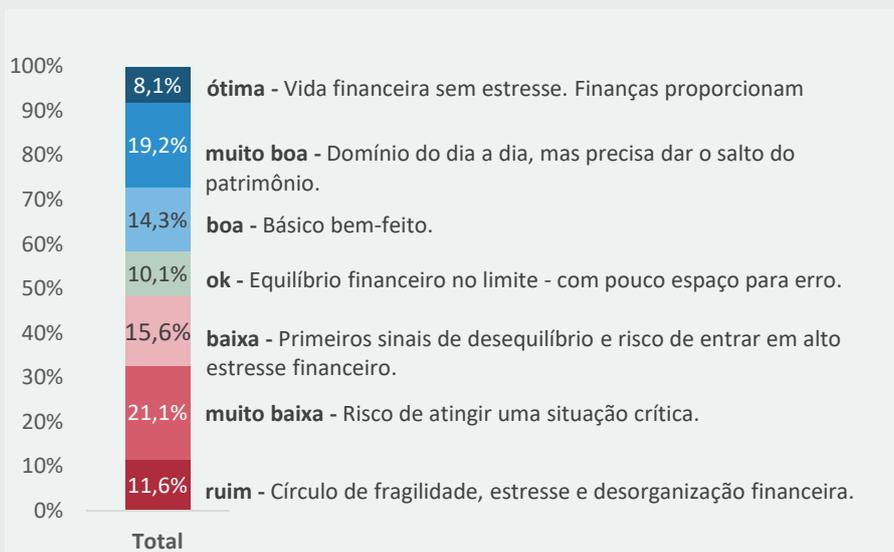
a extensão em que um indivíduo: avalia ser capaz de **cumprir suas obrigações financeiras** correntes; entende ser capaz de **tomar boas decisões financeiras**; tem **disciplina e autocontrole** para cumprir objetivos; **sente-se seguro** quanto ao **futuro financeiro**; e tem liberdade de **fazer escolhas que permitam aproveitar a vida**.

Merece destaque a complexidade do conceito, que avalia, em determinado momento, como o indivíduo se sente e se vê com relação a gestão de seus recursos (cumprir obrigações, tomar boas decisões, ter disciplina e autocontrole) e sua percepção de conforto financeiro, no presente e no futuro (sentir-se seguro, liberdade de fazer escolhas, aproveitar a vida).

A partir de pesquisa realizada com mais de 4.800 indivíduos, homens e mulheres de todas as regiões do país, o índice médio do brasileiro no I-SFB foi de 57 pontos, situado no limiar inferior da faixa com saúde “OK”. A distribuição dos brasileiros pesquisados entre as faixas de I-SFB está demonstrada no Gráfico 2.

32 Para mais detalhes sobre esse estudo e essas dimensões, ver a apresentação da pesquisa e o manual metodológico do I-SFB.

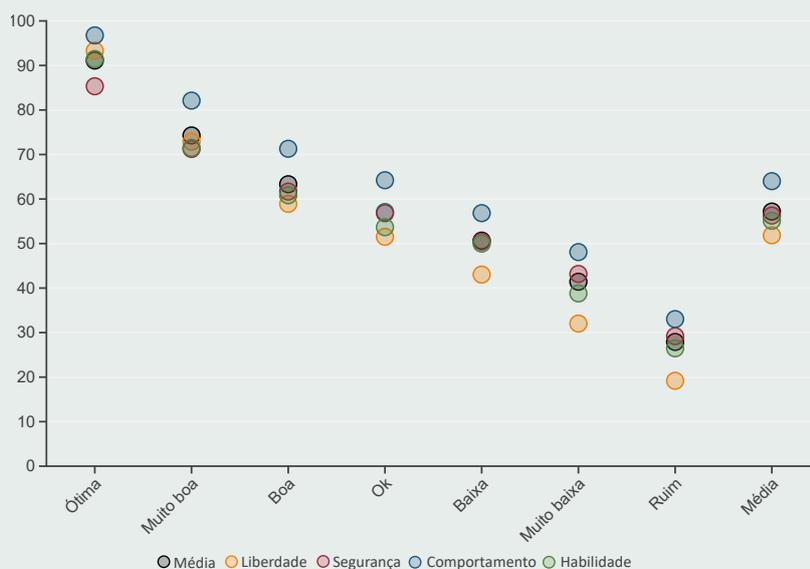
Gráfico 2 – Distribuição do ISF-B na população pesquisada



Ou seja, de acordo com essa pesquisa, 58,4% das pessoas se percebem no limite ou já em desequilíbrio financeiro, com risco de atingir uma situação crítica ou sofrendo de estresse e desorganização financeira, enquanto 41,6% dos brasileiros estão com uma saúde financeira “boa”, “muito boa” ou “ótima”.

Avaliando separadamente as quatro dimensões principais (Gráfico 3), tem-se que a **liberdade financeira** é a dimensão que proporcionalmente mais varia entre os diferentes índices, “puxando para baixo” o I-SFB principalmente nas pontuações “baixa”, “muito baixa” e “ruim”, o que sugere que pessoas que se veem com menos opções e liberdade para tomar decisões financeiras possam apresentar menor saúde financeira. Para todos os níveis de I-SFB, a dimensão do **comportamento**³³ é a mais elevada entre as dimensões.

Gráfico 3 – Pontuação média das dimensões do I-SFB, por faixa de saúde financeira

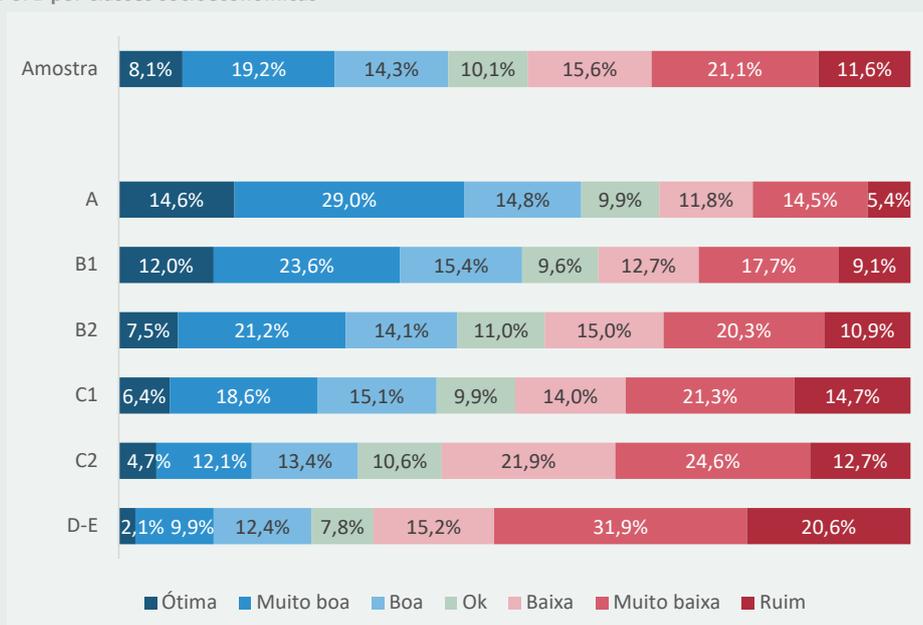


Fonte: I-SFB

33 Embora o estudo tenha denominado essa dimensão como “comportamento”, entende-se, a partir das questões que a compõem, que ela diz mais sobre conhecimentos e habilidades – é perguntado o quanto cada uma destas frases descreve a pessoa ou sua situação: “Eu sei como me obrigar a cumprir minhas metas financeiras”, “Eu sei como me controlar para não gastar muito” e “Eu sei como me obrigar a poupar”. Não é perguntado se elas efetivamente traduzem em comportamentos tais habilidades e conhecimentos.

O Gráfico 4 mostra a distribuição dos níveis de saúde financeira por classes socioeconômicas e permite visualizar a relação entre renda e saúde financeira. Nota-se que o nível de renda tem forte influência no índice de saúde financeira, pois enquanto na classe A há 58% das pessoas com saúde financeira de boa a ótima e 42% em situação de equilíbrio precário ou desequilíbrio, nas classes D-E esses percentuais são respectivamente de 24% e 76%. É perceptível, portanto, que a situação econômica do indivíduo afeta sua percepção de protagonismo, sua sensação de segurança e sua capacidade de aproveitar a vida, ou seja, sua saúde financeira, repercutindo ainda em seu nível de estresse.

Gráfico 4 – Níveis de I-SFB por classes socioeconômicas

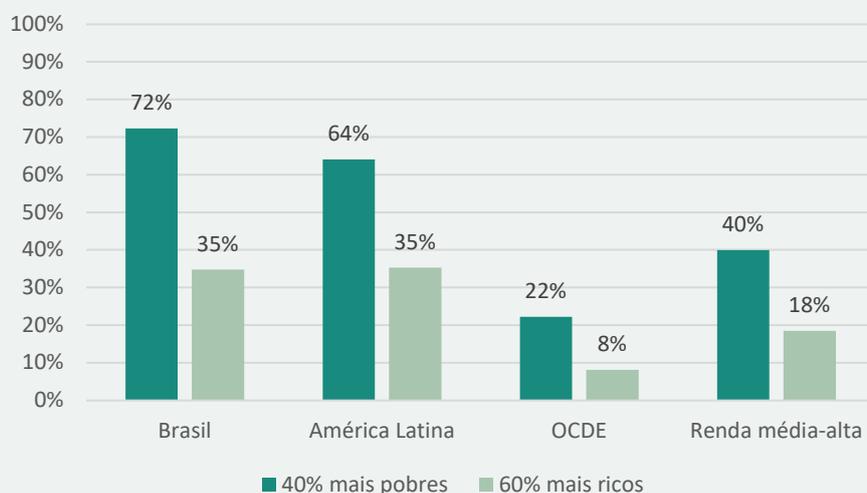


Além de afetar diretamente a liberdade financeira, o nível de renda também está relacionado à preocupação com compromissos financeiros. O I-SFB mensura o nível de preocupação com despesas e compromissos financeiros na dimensão **segurança financeira**, enquanto o *Global Findex* pergunta sobre o nível de preocupação com despesas ou contas mensais.³⁴ O *Global Findex* compara os níveis de preocupação entre os 40% mais pobres e os 60% mais ricos para cada país contemplado na pesquisa (Gráfico 5). No Brasil, enquanto 72%³⁵ dos mais pobres se preocupam muito com o pagamento de contas mensais, 35% dos mais ricos têm a mesma preocupação, sendo essa a maior lacuna entre pobres e ricos encontrada entre todos os 123 países avaliados.

34 Nesta edição, o *Global Findex* mensura o quanto as pessoas relatam se preocupar com: i) não ter dinheiro suficiente para a velhice; ii) não conseguir pagar as despesas médicas em caso de doença grave ou acidente, iii) não ter dinheiro suficiente para pagar as despesas ou contas mensais; e iv) não conseguir pagar taxas escolares ou educacionais.

35 Dada a grande desigualdade financeira do Brasil, avaliada pelo índice de Gini, provavelmente essa lacuna seria ainda maior se tivéssemos dados com mais faixas de renda. O Brasil ocupa a 9ª posição de pior concentração de renda e desigualdade social no mundo, apresentando situação melhor apenas do que alguns países da África. <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country>.

Gráfico 5 – Muito preocupados em não ter dinheiro suficiente para pagar as despesas ou contas mensais, por renda – Global Findex 2021 (Brasil e comparação internacional)

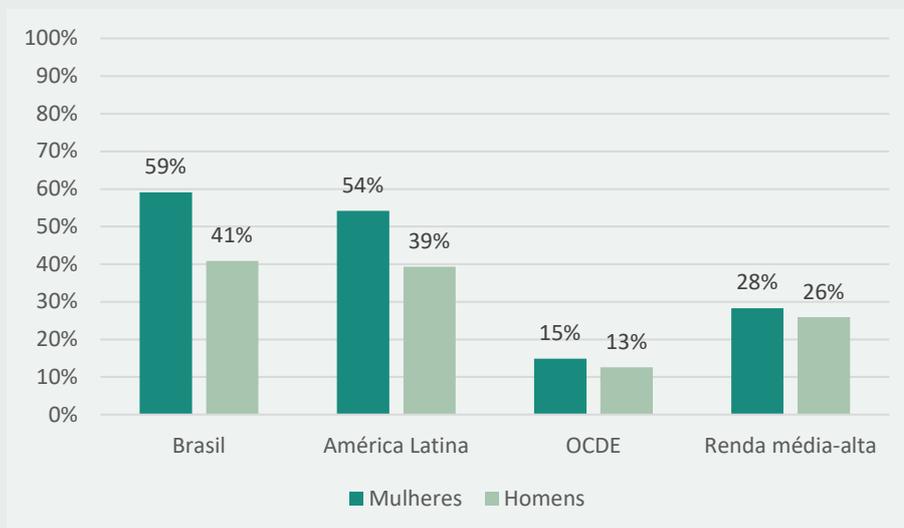


De acordo com os dados da pesquisa do I-SFB, 28% dos brasileiros entrevistados responderam “muito” ou “totalmente” à pergunta “Preocupações com despesas e compromissos financeiros são motivo de estresse na minha casa?”. Fazendo um recorte por renda, o percentual de alto nível de preocupações financeiras é de 37,4% entre os 30% mais pobres e de 20,5% entre os 50% mais ricos. O I-SFB também perguntou sobre a relação entre gastos e renda nos doze meses que antecederam a pesquisa. Entre os 30% mais pobres, os gastos foram maiores do que a renda para 47,8% das pessoas, enquanto apenas 16,6% dos 50% mais ricos tiveram gastos maiores do que a renda. Como ter gastos maiores do que a renda configura situação de endividamento, com todos os prejuízos econômicos e emocionais que as dívidas podem trazer para um indivíduo e sua família, merece destaque que quase metade das pessoas de menor renda não consiga viver com o que ganha e, conseqüentemente, tenha dificuldade em criar poupança ou estabelecer objetivos de médio e longo prazos.

Outra variável socioeconômica que apresenta variações importantes no I-SFB e que também foi avaliada no *Global Findex* é a diferença dos índices observados entre homens e mulheres. Assim como em grande parte dos indicadores internacionais, no Brasil as mulheres apresentam índices piores, tanto de saúde financeira quanto de preocupações financeiras. Percebe-se, pelo Gráfico 6, que o Brasil se destaca em termos de preocupações com contas mensais, e que a lacuna entre a preocupação de mulheres e de homens é a maior diferença encontrada dentre os 123 países, com 59% das mulheres muito preocupadas com as contas mensais, e 41% dos homens com a mesma preocupação. Para a pergunta sobre preocupações financeiras³⁶ do I-SFB, o percentual de “muito” ou “totalmente” preocupados é de 32,7% entre as mulheres e 23,5% entre os homens.

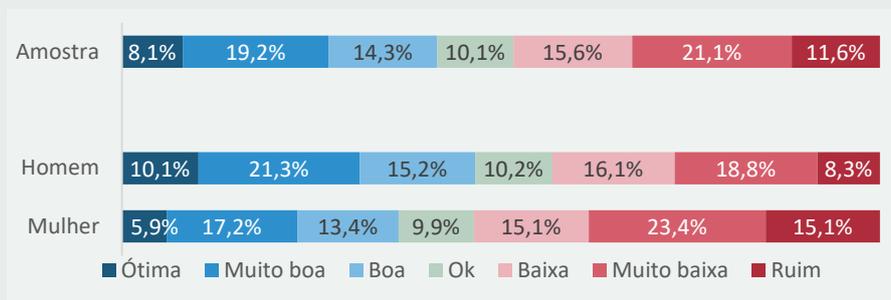
36 “Preocupações com as despesas e compromissos financeiros são motivo de estresse na minha casa”, dimensão segurança financeira.

Gráfico 6 – Muito preocupados em não ter dinheiro suficiente para pagar as despesas ou contas mensais, por sexo – Global Findex 2021 (Brasil e comparação internacional)



Ainda com relação à saúde financeira, enquanto 53,6% das mulheres têm índice de até 56 pontos (saúde financeira ruim, muito baixa ou baixa), entre os homens esse percentual é de 43,2%. Com saúde financeira boa, muito boa e ótima, temos 36,5% das mulheres e 46,6% dos homens (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Níveis de saúde financeira, por sexo (I-SFB)



Considerando o forte entrelaçamento existente entre a resiliência financeira e a saúde financeira, o BC trouxe, no RCF,³⁷ uma análise sobre o comportamento das diferentes dimensões do I-SFB a partir de três subgrupos: resiliente, semirresiliente e não resiliente.³⁸ Renda familiar e sexo foram os fatores com maior influência sobre a probabilidade de uma pessoa pertencer ao grupo resiliente ou semirresiliente. Ser homem aumenta em 67% a chance de pertencer ao grupo resiliente, e em 36% ao grupo semirresiliente. As diferenças entre faixas de renda familiar mensal indicaram que uma pessoa com renda de 2 a 3 salários-mínimos tem 77% mais chance de pertencer ao grupo semirresiliente e 60% de chance de pertencer ao grupo resiliente quando comparada àqueles com renda de até um salário-mínimo. Esse percentual aumenta progressivamente, chegando a uma chance 23 vezes maior de uma pessoa ser resiliente quando tem renda equivalente a vinte salários-mínimos ou mais.

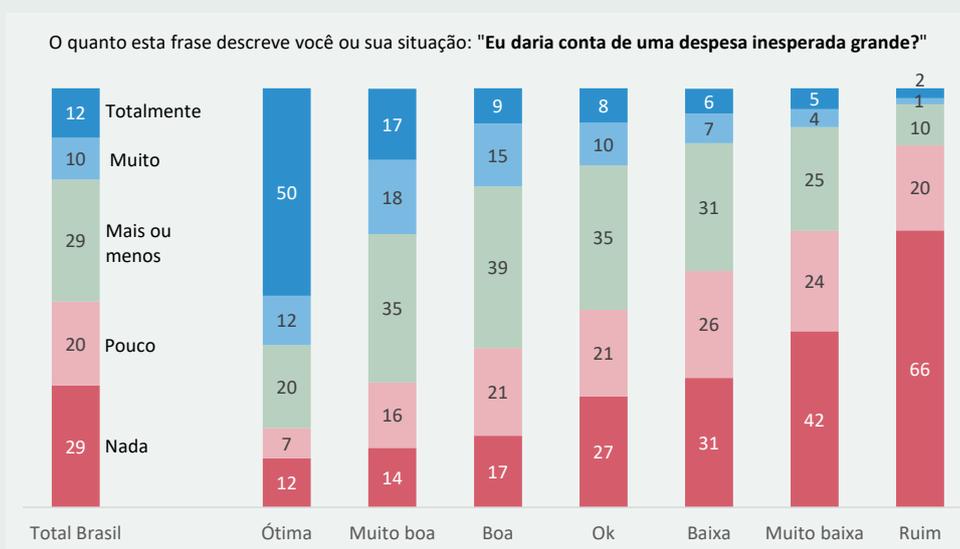
37 Seção 1.5 Um estudo sobre a resiliência financeira do brasileiro. Procurou-se identificar grupos de indivíduos com níveis distintos de resiliência considerando-se as respostas do item de autorrelato e o indicador de saúde financeira global via técnica estatística denominada análise de classes latentes.

38 A amostra foi dividida em três grupos: o grupo 1, composto pelas pessoas resilientes, tanto em termos do I-SFB como também pela resiliência autorrelatada (denominados “resilientes”); o grupo 2, que agrupa os indivíduos resilientes segundo o I-SFB, contudo, com uma não resiliência autorrelatada (denominados “semirresilientes”); e o grupo 3, que agrega as pessoas não resilientes, tanto em relação ao I-SFB como em relação à resiliência autorrelatada (denominados “não resilientes”).

Importante destacar que existem algumas variações conceituais em relação ao conceito de resiliência financeira. No I-SFB, a resiliência foi avaliada pela questão “Eu daria conta de uma despesa inesperada grande?”, com as opções “totalmente”, “muito”, “mais ou menos”, “pouco” e “nada”. No *Global Findex*, a resiliência foi mensurada pela pergunta “Quão difícil seria para você conseguir R\$2.400,00 dentro dos próximos 30 dias?”, com as opções “muito difícil”, “um pouco difícil”, ou “nada difícil”.

O Gráfico 8 mostra os níveis de resiliência do I-SFB para cada faixa de saúde financeira. Como a resiliência envolve possuir uma reserva financeira ou acesso a opções para se levantar dinheiro no caso de uma emergência, relacionando-se à **segurança** e à **liberdade financeira** (e, indiretamente, à base financeira), é natural que, quanto pior a resiliência, pior a saúde financeira. Na pesquisa do I-SFB, apenas 22% da população brasileira dariam conta de uma despesa inesperada grande, enquanto 49% responderam que encontrariam dificuldades ou impossibilidades. Já para o *Global Findex*, como visto na Seção 4, 45% dos respondentes foram considerados resilientes por afirmarem ser um pouco difícil ou nada difícil conseguir R\$2.400,00 dentro dos próximos 30 dias.

Gráfico 8 – Capacidade de absorver imprevistos financeiros (resiliência), por nível de saúde financeira



Fonte: I-SFB

Apesar de haver alguma diferença entre os conceitos de bem-estar financeiro do *Global Findex* e saúde financeira do I-SFB, ambos são comparáveis por incluírem tanto questões objetivas quanto percepções subjetivas dos indivíduos. Verifica-se que tanto a saúde quanto o bem-estar financeiros são influenciados, mesmo que não determinados, pelo nível de renda, que afeta as possibilidades de gestão financeira, de acesso a oportunidades, de uso de serviços financeiros, de segurança com relação a imprevistos e ao futuro, assim como o nível de preocupações e estresse cotidianos. Mulheres e pessoas com renda familiar mais baixa têm mais chance de apresentarem níveis menores tanto de saúde financeira quanto de bem-estar financeiro e de resiliência.

A educação financeira pode contribuir com habilidades e comportamentos financeiros mais saudáveis, ajudando as pessoas a melhor se planejarem, estimulando o hábito de poupança, ensinando a gerenciar o uso do crédito, a reconhecer riscos e oportunidades, deveres e direitos, a evitar cair em golpes e fraudes, e a selecionar produtos e serviços financeiros mais adequados para a realidade pessoal de cada um. Seus benefícios, entretanto, tendem a ser mais limitados quando o indivíduo não tem o mínimo de renda que lhe permita dar conta de seus compromissos e de suas necessidades básicas. Nesses casos, é imprescindível que as ações e políticas públicas não se restrinjam a iniciativas de educação financeira, mirando também o aumento de renda, a inclusão financeira, a segurança financeira e a proteção do consumidor de produtos e serviços financeiros.

5 Conclusão

Possuir e utilizar uma conta em uma instituição financeira são fatores importantes para o bem-estar financeiro de indivíduos e famílias, principalmente em função de dois aspectos: a capacidade de conseguir dinheiro para cobrir uma despesa extra ou inesperada (resiliência); e quando contribui com o endereçamento das potenciais fontes de estresse financeiro (como poupar para aposentadoria, gestão de recursos financeiros, acesso a crédito etc.). Além disso, é fundamental que as pessoas tenham acesso a produtos e serviços financeiros adequados, de baixo custo, compreensíveis e úteis, desenhados para atender às suas necessidades.

As análises feitas nesta Série, a partir dos dados do *Global Findex*, mostraram avanços e desafios para a efetiva inclusão financeira dos brasileiros. Percebeu-se, no geral, uma diminuição na lacuna dos indicadores de inclusão financeira entre os diferentes níveis de renda, algo que não foi percebido nos indicadores entre homens e mulheres.

No percentual de respondentes com acesso a contas em instituições financeiras, por exemplo, o Brasil avançou 14 p.p. com relação à edição anterior de 2017, em linha com avanços identificados em outras regiões do mundo. Um ponto positivo identificado foi que a lacuna entre os cidadãos de menor e maior renda diminuiu significativamente. Entretanto, apesar do avanço no acesso, a lacuna entre os sexos permaneceu, com um menor percentual de mulheres relatando ter acesso a contas em instituições financeiras.

A posse de cartões seguiu uma tendência similar ao acesso a contas. Apesar do avanço em termos gerais e da drástica diminuição da lacuna relacionada à renda, a diferença entre os sexos permaneceu na posse de cartões, com as mulheres, mais uma vez, apresentando menor acesso a cartões quando comparadas aos homens.

Sabe-se também que a tecnologia digital, como o uso de smartphones, é um grande catalisador da inclusão financeira, como pôde ser observado no Brasil com a implementação do Pix, meio de pagamento eletrônico instantâneo e gratuito desenvolvido pelo BC.

Um avanço identificado no país que impulsionou o uso efetivo de serviços financeiros foi o aumento do percentual de pessoas que receberam salário diretamente em uma conta de instituição financeira (de 62% para 71% dos assalariados entre 2017 e 2021). Outros progressos foram identificados no que se refere ao percentual de brasileiros que pouparam, que ultrapassou pela primeira vez a média da América Latina, apesar da grande diferença com relação à média dos países da OCDE. Em 2021, mais jovens pouparam para aposentadoria do que adultos. Nesse tema, a lacuna entre sexos aumentou, com 8 p.p. a menos de mulheres poupando para aposentadoria que de homens.

Quanto ao acesso a crédito, também se identificou um crescimento no Brasil, com o percentual de tomadores de empréstimos junto a instituições financeiras maior que a média da América Latina e dos países de renda média-alta. Também nesse caso, a lacuna entre homens e mulheres aumentou, atingindo 15 p.p. de diferença em 2021. Outro efeito observado no Brasil e na América Latina foi o crescimento expressivo do percentual de pessoas que fizeram empréstimo com família ou amigos.

A resiliência financeira dos brasileiros está bem abaixo da mensurada na média dos países da OCDE. Dos países do grupo em que se encontra (renda média-alta), o Brasil está entre aqueles que têm a menor resiliência. Quanto a preocupações financeiras, destaca-se a acentuada preocupação dos brasileiros com relação a não ter dinheiro suficiente para pagar as contas e despesas mensais, sendo o Brasil o terceiro entre os 123 países que participaram da pesquisa que têm essa como a principal preocupação financeira.

De acordo com o *Global Findex*, é necessário que a responsabilidade pelo bem-estar financeiro da população seja compartilhada entre consumidores, reguladores e instituições financeiras. Apesar do avanço identificado na inclusão da população brasileira no sistema financeiro, é preciso aprofundar a compreensão das causas das lacunas existentes. E, a partir disso, trabalhar melhor o empoderamento e a proteção dos consumidores, por meio de regulação e supervisão, desenho adequado, transparência e segurança dos produtos e serviços, educação financeira e disponibilização de informações de qualidade e tempestivas.